

PROJETOS APRESENTADOS PELA DEPUTADA RACHEL MARQUES ENTRE 2004 A 2017 QUE VIRARAM LEI

Nº	EMENTA	DELIBERAÇÃO	Nº DA LEI E DATA DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL
07/06	<p>DISPÕE SOBRE OS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS QUE OFERECEM SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE COMPUTADORES PARA O ACESSO E USO À INTERNET, ASSIM COMO PROGRAMAS E JOGOS DE COMPUTADOR INTERLIGADOS EM REDE LOCAL OU CONECTADOS À REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Resumo: Dispõe sobre a proteção das crianças e adolescentes consumidores dos serviços oferecidos por empresas locadoras de computadores, para o acesso e uso à Internet, assim como programas e jogos de computador, interligados em rede local ou conectados à rede mundial de computadores e dá outras providências. A Lei trata de uma questão cada vez mais pungente na sociedade: a saúde da população frente aos avanços tecnológicos. Especificamente regulamenta as chamadas “Lan Houses” e “Cibercafés”, principalmente sob o aspecto da proteção da criança e do adolescente, dando especial atenção a integridade física e psíquica dos usuários desses estabelecimentos. Na Lei está previsto adequações para prevenir problemas que podem</p>	APROVADO	<p align="center">13.859/06 29/12/06</p>

	<p>ocorrer com uso inadequado desta tecnologia. Quanto ao uso por parte de menores, por tempo demasiadamente prolongado, prevê-se uma limitação do tempo de uso, bem como a imposição de intervalos, a fim de evitar doenças como Lesão por Esforço Repetitivo (LER) problemas de visão e de postura, má formação da massa óssea e muscular principalmente nas crianças, dores nas costas, tendões e pescoço e obesidade, entre outros. Com o mesmo objetivo, trata-se também da questão da iluminação, de móveis ergonômicos e de sonoridade adequada. A violência dos jogos eletrônicos e das páginas na Internet, assim como a pornografia, pornografia infantil, o ódio, racismo e outros ideais extremistas, ou que incitem conduta criminosa também são abordados, sendo obrigatória a fixação da lista de jogos, com a respectiva classificação etária.</p>			
12/06	<p>TORNA OBRIGATÓRIA A FIXAÇÃO DE CARTAZ CONTENDO RELAÇÃO DE MEDICAMENTO PROIBIDO, NO ESTABELECIMENTO QUE OS COMERCIALIZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Resumo: Com a Lei torna-se obrigatória a afixação de cartazes, em farmácias e outros estabelecimentos que comercializem remédios, de relação contendo os nomes dos medicamentos proibidos e retirados de circulação pelo Ministério da Saúde. A Lei tem caráter educativo e,</p>	APROVADO	<p>Lei 13.828 27/11/06</p>	

	principalmente, inibidor de práticas condenáveis resultantes da venda de medicamento já retirado do mercado por desconhecimento do consumidor e de má fé do comerciante.		
90/06	<p>DISPÕE SOBRE NORMAS DE ACESSIBILIDADE EM FAVOR DOS DEFFICIENTES VISUAIS, A SEREM OBSERVADOAS PELAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL NO ESTADO DO CEARÁ.</p> <p>Resumo: O projeto de lei proporciona aos deficientes visuais uma maior autonomia e segurança em relação as informações que lhes são prestadas, instrumentalizando dessa forma seu direito a informação, de ir e vir e os princípios da cidadania e dignidade humana. É comum o passageiro com deficiência visual que viaja sem a presença de um acompanhante se sentir deslocado por não saber o trajeto percorrido pelo ônibus, não tendo o mesmo senso de orientação das pessoas que enxergam. A lei obriga os transportes coletivos intermunicipais a terem seus itinerários em Braille.</p>	APROVADO	<p>Lei 13.826/06</p> <p>19/10/06</p>
161/07	<p>INSTITUI O DIA ESTADUAL DE COMBATE À HOMOFOBIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Resumo: O presente projeto tem a finalidade de punir a</p>	TRAMITANDO	

homofobia, seja ela praticada por um cidadão ou pelos representantes de um órgão ou empresa. A homofobia ainda é uma prática que predomina entre os brasileiros. Mesmo diante de todos os debates que giram em torno do assunto, 56% dos entrevistados por uma pesquisa do IBOPE afirmam que mudariam sua conduta em relação a um colega de trabalho que revelasse ser gay e 20% passariam a evita-lo, 36% deixariam de contratar um homossexual para um cargo em sua empresa mesmo que ele fosse o candidato de melhor qualificação e 45% trocariam de médico se ficassem sabendo que ele é gay. De acordo com o Grupo Gay da Bahia (GGB), nos últimos 25 anos, foram contabilizados 2,6 mil assassinatos de gays, lésbicas e travestis no Brasil, contabilizando-se mais de 100 ocorrências desse tipo por ano. Foram 169 mortes em 2004 contra 125 registradas em 2003. Os ataques contra os homossexuais ganham repercussão entre as Ongs e grupos que lutam pelos nossos direitos, mas dificilmente atingem a grande mídia. No entanto, dezenas de atos violentos acontecem em todos os estados brasileiros, contra homossexuais. Os crimes de homofobia acontecem sim, uma vez que vivemos em uma sociedade que não está livre de preconceito e a segurança é falha. Eles diferenciam-se dos outros crimes por serem extremamente violentos e cruéis, ou seja, motivados por ódio mesmo. O que acontece de diferente com os crimes de

	<p>homofobia em um nível mais analítico, e que uma vez inseridos em um contexto onde a violência na sociedade é muito presente e a impunidade uma constante, eles tendem a se proliferar, se agravar e se intensificar. Existe um problema de discriminação generalizado na sociedade, onde o negro, o pobre e o homossexual são tratados de maneira diminuta. A instituição do dia é para lembrar e reforçar que somos iguais perante as leis e temos livre arbítrio para fazer nossas escolhas.</p>			
162/07	<p>CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO VIDANÇA COMPANHIA DE DANÇA DO CEARÁ.</p> <p>Resumo: A Associação Vidança Companhia de Dança do Ceará, entidade civil, filantrópica, sem fins lucrativos, com sede e foro no Município de Fortaleza, com um importante papel social por difundir a dança como arte e instrumento que possibilita o desenvolvimento do corpo e da mente, socializando os fundamentos teóricos e práticos da dança a pessoas de todas as idades, enfocando, sobretudo as pessoas das camadas populares. A Vidança também tem importante papel estimulador da produção e circulação de espetáculos de dança, desenvolvendo atividades no sentido de popularizar e formar plateias para a arte da dança, promovendo até o intercâmbio nos mais diversos níveis (local, nacional e internacional), vislumbrando o</p>	APROVADO	Lei 13.982 25.10.07	

	aprimoramento e o desenvolvimento da dança.		
349/07	<p>INSTITUI A "SEMANA ESTADUAL DE LUTA CONTRA O AQUECIMENTO GLOBAL" NO ESTADO DO CEARÁ.</p> <p>Resumo: Os resultados do último relatório elaborado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas indicam que o mundo está vivendo um processo de aquecimento global, e a causa mais provável para este fenômeno é a liberação, na atmosfera, de gases poluentes resultantes das atividades humanas. O Brasil precisa desenvolver uma postura mais ativa, em face do aumento da cobrança, pela sociedade, de soluções para o aquecimento global. O Brasil entrou nos últimos anos no ranking dos dez maiores geradores de gás carbônico no planeta, principalmente devido ao aumento do desmatamento e queimadas na Amazônia. É preciso desenvolver uma política nacional que promova a diminuição da emissão, ao mesmo tempo, que promova o crescimento econômico, de modo a assegurar a otimização das ações do Governo Federal e dos governos estaduais.</p>	APROVADO	<p>Lei 14.062/07</p> <p>30.01.08</p>
351/07	<p>CRIA A "SEMANA DA CONSCIÊNCIA E DO COMBATE AO ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO".</p> <p>Resumo: A semana será voltada no sentido de coibir de</p>	APROVADO	<p>Lei 14.042</p> <p>27.12.07</p>

	<p>forma eficaz a violência do assédio moral no ambiente de trabalho, buscando a formação de um coletivo multidisciplinar no aprimoramento e melhora do comportamento funcional e os cuidados que as instituições devem tomar quanto a coibir tal ato e o que a vítima deve fazer quando assediada moralmente.</p> <p>A Semana da Consciência e do Combate ao Assédio Moral no Trabalho será comemorada na primeira semana de março, que coincide com o dia internacional da mulher. Será encaminhado à Secretaria da Saúde do Estado, os cadastros para a elaboração de banco de dados contendo o número de pessoas vítimas, com sintomas provocados pelo assédio moral no trabalho, no Estado, para controle e planejamento específicos, com o objetivo de coibir essa prática.</p>			
448/07	<p>INSTITUI O DIA ESTADUAL DE COMEMORAÇÃO A LEI MARIA DA PENHA, QUE CRIA MECANISMOS PARA COIBIR A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER.</p> <p>Resumo: O dia 07 de agosto foi escolhido por ser o dia que o Presidente da República sancionou a Lei 11.340, que traz mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de</p>	APROVADO	<p>Lei 14.089</p> <p>10.04.2008</p>	

	<p>Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil. A sanção presidencial selou o destino de milhões de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no Brasil.</p>		
20/08	<p>INSTITUI O PROGRAMA POPULAR DE FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE CONDUTORES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES.</p> <p>Resumo: Parágrafo primeiro – As pessoas previstas no inciso “II” deste artigo poderão utilizar-se dos benefícios instituídos por esta lei no caso de estarem matriculadas há mais de 06 (seis) meses, bem como no período de até 01 (um) ano após a conclusão dos respectivos cursos. (E acrescenta o parágrafo segundo). Parágrafo Segundo – As pessoas previstas no inciso “IV” deste artigo poderão quando necessitar do veículo automotor com características específicas (veículo adaptado), utilizar os veículos disponibilizados pelos Centros de Formação de Condutores ou seu próprio veículo automotor para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (Programa Carteira de Motorista Popular).</p>	<p>Projeto de Indicação aprovado que virou o Programa Carteira de Motorista Popular</p>	<p>06/01/2009</p> <p>Lei 14.288-A</p>

175/8	<p>CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O CENTRO DE ARTICULAÇÃO E APOIO AS CRECHES, COM SEDE E FORO NA CIDADE DE FORTALEZA-CE.</p> <p>Resumo: O Centro de Articulação e Apoio as Creches, em pleno funcionamento há mais de oito anos, vem desenvolvendo um relevante trabalho direcionado a Educação infantil nesse Município, com os seguintes objetivos:</p> <p>Organizar as associações e os centros de educação infantil de Fortaleza, em defesa de seus interesses e reivindicar aos poderes públicos a execução das políticas públicas necessárias a satisfação e bem estar coletivo; Promover atividades para divulgar informações úteis sobre saúde, educação, habitação, urbanismo, segurança pública, segurança alimentar, cultura de paz, lazer e outros aspectos da vida da população; Discutir os problemas da educação infantil e elaborar planos de ação no sentido de viabilizar soluções; Desenvolver programas, campanhas e ou projetos de proteção a família, maternidade e infância á juventude, ao idoso, de modo a propiciar a integração do mercado de trabalho, habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de necessidades especiais visando a convivência na sociedade; Firmar parcerias com instituições públicas e privadas, governamentais e não governamentais, nacionais e</p>	Aprovado	04.11.2008 Lei 14.249/08	
-------	--	----------	--------------------------------	--

	<p>estrangeiras com a finalidade de efetivar projetos sociais, na área de geração de emprego e renda, formação profissional, educação, saúde e administrar locação de serviços e mão-de-obra, ofertando emprego na cidade de Fortaleza e recursos para os projetos sócio culturais da entidade; Mobilizar as associações para defesa da cidadania e execução de políticas de desenvolvimento sustentável e a sócia economia solitária; Impetrar em juízo, ações judiciais.</p>		
175/08	<p>INSTITUI O "DIA ESTADUAL DO SISTEMA BRAILLE".</p> <p>Resumo: No dia 04 de janeiro de 2009 será comemorado o bicentenário de nascimento de Louis Braille, aquele que foi sem dúvida, o maior benfeitor das pessoas cegas de todo o mundo. A União Mundial de Cegos (UMC), que atua como assessora junto às agências da ONU para assuntos relacionados à cegueira, representando 180 milhões de pessoas de 600 organizações, distribuídas em 158 países, associada a uma comissão nacional constituída na França, assumiu a liderança nas comemorações e está incentivando organizações e pessoas cegas de todo o mundo a promoverem celebrações alusivas a Louis Braille e a seu sistema de escrita e leitura. Assim, a Lei pretende promover em nosso Estado a oportunidade de incentivar as organizações a inserir cada vez mais as pessoas cegas a sua plena integração na sociedade. O Braille é um sistema</p>	Aprovado	<p>23.04.09</p> <p>Lei</p> <p>14.351/09</p>

	universal de leitura e escrita, formado por um código de sessenta e três sinais, que toma por base a combinação de seis pontos em relevo, constituídos de valores simbólicos, possibilitando ao cego o acesso às diversas áreas do conhecimento humano, tais como a informática, a literatura, a música, e as ciências em geral.		
153/9	<p>INSTITUI 2010 O ANO RACHEL DE QUEIROZ, EM HOMENAGEM AO CENTENÁRIO DE SEU NASCIMENTO.</p> <p>Resumo: A Lei faz justa homenagem a Escritora Rachel de Queiroz, que foi sem embargos a mais importante escritora Cearense durante todo o século.</p>	Aprovado	<p>20.08.09</p> <p>Lei</p> <p>14.466/09</p>
182/9	<p>CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO CEARENSE A SENHORA RAQUEL MARIA RIGOTTO.</p> <p>Resumo: Raquel Maria Rigotto graduou-se em Medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais no ano de 1979. É especialista em Medicina do Trabalho pela Fundacentro, Mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais e Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Sua linha de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Universidade Federal do Ceará é Produção, Ambiente, Saúde e Cultura no Nordeste Brasileiro. Através do Núcleo TRAMAS - Trabalho, Meio</p>	Aprovado	<p>27.10.10</p> <p>Lei</p> <p>14.806/10</p>

	<p>Ambiente e Saúde para a Sustentabilidade, por ela coordenado, concluiu quatro projetos de pesquisa, todos apoiados pelo CNPq. Atualmente conduz investigação sobre a agrotóxicos, ambiente e saúde, no contexto da modernização agrícola no Ceará, inclusive com várias publicações abordando o tema.</p>			
217/09	<p>ESTABELECE O DIA 23 DE SETEMBRO COMO O “DIA ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL TÉCNICO”.</p> <p>Resumo: A Lei destaca a nível Estadual o dia 23 de setembro como o dia Estadual dos Profissionais de Nível Técnico a partir do ano de 2009, em conformidade com a Lei Federal nº 11.940 que foi sancionada pelo presidente em exercício, José Alencar, e pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, determinando também que o dia 23 de setembro seja conhecido, a partir de 2009, como o Dia Nacional dos Profissionais de Nível Técnico. Cabe ressaltar ainda que a proposta valoriza o ensino técnico e todos os profissionais de nível técnico, agentes do desenvolvimento sustentável do País. A iniciativa vem somar com a inauguração de 100 novas escolas técnicas federais, este ano, demonstrando que o país vive uma nova era da Educação Profissional brasileira.</p>	Aprovado	<p>02.02.2009</p> <p>Lei</p> <p>14.540/09</p>	

249/09	<p>CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO CEARENSE AO SENHOR LUIZ OSWALDO SANTIAGO MOREIRA DE SOUZA</p> <p>Resumo: É concedido ao Sr. Luiz Oswaldo Santiago Moreira de Souza, brasileiro, natural de Natal – Rio Grande do Norte, de acordo com a Lei nº 12.510 de 06 de dezembro de 1995, o Título de Cidadão Cearense.</p>	Aprovado	<p>03.03.2010</p> <p>Lei</p> <p>14.648/10</p>
253/09	<p>CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MEMBROS DA SAGRADA FAMÍLIA, CAPELA DA PARÓQUIA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS DE NOVO ORIENTE - CEARÁ, DIOCESE DE CRATEÚS.</p> <p>Resumo: A Associação supra citada tem por finalidade contribuir para a democratização da informação e dos meios de comunicação, dando oportunidades para a difusão de ideias, elementos de cultura e hábitos da comunidade, prestando serviços relevantes à comunidade do Município de Novo Oriente, fornecer informações de cunho político, cultural, social, econômico, científico e desportista de interesse das comunidades dentre outros objetivos relacionados à prestação de bons serviços às comunidades do Município de Novo Oriente.</p>	Aprovado	<p>16.12.09</p> <p>Lei</p> <p>14.596/09</p>

40/12	<p>INSTITUI 2014 O ANO DRAGÃO DO MAR, EM HOMENAGEM AO CENTENÁRIO DE SUA MORTE.</p> <p>Resumo: Com a libertação dos escravos Chico da Matilde, agora também conhecido como Dragão do Mar, expressão cunhada pelo Jornalista e escritor Aluízio de Azevedo que viu nessa denominação a forma correta de homenagear o líder dos práticos e ativista do movimento abolicionista por sua atuação, leva sua embarcação “Liberdade” para o Rio de Janeiro, a bordo do barco negreiro Espírito Santo. A jangada Liberdade inaugura a rota das viagens feitas por jangadeiros nordestinos cujo destino seja o sul. Mesmo estando viajando em um porão de uma embarcação mercantil, Liberdade tornou sensação ao chegar a Capital do Império, onde após ser amplamente vista e reconhecida pelo seu significado e simbologia pela população, a mesma foi doada ao Museu Nacional e posteriormente encaminhada para o Museu da Marinha, onde é desconhecida até a atualidade o que foi feita desta valiosa peça etnográfica, que tanto contribuiu para a consolidação da liberdade e dos direitos da população negra.</p>	Aprovado	<p>22.05.14</p> <p>Lei</p> <p>15.625/14</p>
43/12	<p>INSTITUI O PROGRAMA ESCOLA GENTIL NA REDE DE ENSINO DO ESTADO DO CEARÁ.</p> <p>Resumo: Fica instituído o programa escola gentil na rede de ensino estadual, com a finalidade de incentivar a reflexão e a</p>	Aprovado	<p>21.02.13</p> <p>Lei</p> <p>15.315/13</p>

	<p>adoção de atitudes ligadas à cultura da gentileza nas escolas públicas, envolvendo alunos e toda a comunidade escolar, inclusive o círculo familiar. Entende-se por ser gentil agir de forma solidária, ter interesse pelo próximo. A gentileza contribui para que os ambientes em que vivemos se tornem melhores e isto faz com que as pessoas fiquem mais equilibradas e felizes. Além do mais ajuda a regular as emoções, diminui o estresse e causa impacto positivo sobre a saúde; O programa visa especificadamente:</p> <p>a) resgatar valores ligados ao bom convívio social e ao respeito dos direitos do próximo; b) trabalhar nas escolas temas transversais relacionados à cultura da gentileza; c) difundir o conceito de gentileza, sensibilizando a comunidade escolar para a importância da atitude gentil; d) diminuir os casos de violência praticados por alunos no ambiente escolar. e) produzir ciclos de palestras para alunos, professores e pais; f) formar uma rede social de difusão de ideias e relatos de iniciativas de promoção da gentileza pelos jovens; g) realizar eventos de promoção da cultura da gentileza na escola e na comunidade.</p>			
111/15	<p>INSTITUI NO ESTADO DO CEARÁ NO MÊS DE MAIO À CAMPANHA DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA NO TRÂNSITO DENOMINADA MUNDIALMENTE MAIO</p>	Aprovado	<p>01.10.2015</p> <p>Lei</p>	

	<p>AMARELO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Resumo: O Movimento Maio Amarelo nasce com uma só proposta: chamar a atenção da sociedade para o alto índice de mortes e feridos no trânsito em todo o mundo. O objetivo do movimento é uma ação coordenada entre o Poder Público e a sociedade civil. A intenção é colocar em pauta o tema segurança viária e mobilizar toda a sociedade, envolvendo os mais diversos segmentos: órgãos de governos, empresas, entidades de classe, associações, federações e sociedade civil organizada para, fugindo das falácias cotidianas e costumeiras, efetivamente discutir o tema, engajar-se em ações e propagar o conhecimento, abordando toda a amplitude que a questão do trânsito exige, nas mais diferentes esferas. Acompanhando o sucesso de outros movimentos, como o “Outubro Rosa” e o “Novembro Azul”, os quais, respectivamente, tratam dos temas câncer de mama e próstata, o “MAIO AMARELO” estimula você a promover atividades voltadas à conscientização, ao amplo debate das responsabilidades e à avaliação de riscos sobre o comportamento de cada cidadão, dentro de seus deslocamentos diários no trânsito.</p>		15.873/15
07/16	“ INSTITUI NO ESTADO DO CEARÁ O DIA DO OPERADOR PORTUÁRIO. “	Aprovado	31.03.2016 Lei 15.993/16

	<p>Resumo: Fica instituído o dia Estadual do Operador Portuário, a ser comemorado em todo o território Estadual no dia 23 de fevereiro de cada ano. Operador portuário é uma Pessoa jurídica pré-qualificada para a movimentação e armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, realizada no porto organizado, sendo importante elo de cadeia logística regional, nacional e global. Os operadores portuários devem constituir em cada porto, um órgão gestor de mão de obra (OGMO) que será responsável por administrar o fornecimento do trabalhador portuário com vínculo empregatício permanente e do trabalhador portuário avulso e tendo a incumbência legal de promover os treinamentos e qualificação a esse contingente de trabalhadores.</p>			
276/15	<p>“DENOMINA DE ANÁLIA MAIA SARAIVA ESMERALDO A ESCOLA PROFISSIONALIZANTE NO MUNICÍPIO DE MISSÃO VELHA, NO ESTADO DO CEARÁ.”</p> <p>Resumo: Ingressou na Faculdade de Filosofia do Crato em 1972, graduando-se em Letras em 1976, onde foi a oradora de sua turma.</p> <p>Contratada como professora pelo Estado do Ceará, em 1979 graduou-se em Pedagogia pela mesma instituição de Ensino Superior e foi lotada como supervisora.</p>	Aprovado	<p>17.12.15</p> <p>Lei</p> <p>15.948/15</p>	

Continuando sua vida voltada para o magistério, também atuou nas seguintes instituições:

Professora no Colégio Municipal Pedro Felício – Crato;
Professora no Colégio Diocesano - Crato; Professora no Colégio Santa Tereza de Jesus – Crato; Professora da Escola de Ensino Fundamental Estado da Paraíba – Crato; Supervisora Escolar na Escola de Ensino Fundamental Estado da Paraíba – Crato; Professora da Faculdade de Filosofia – Crato.

PROJETOS DE INIDAÇÃO APRESENTADOS PELA DEPUTADA RACHEL MARQUES E APROVADOS ENTRE 2004 A 2017

Nº	EMENTA	DELIBERAÇÃO	DATA DA APROVAÇÃO
71/05	<p>INDICA A FORMA DE ATENDIMENTO A SER EFETUADA PELA POLÍCIA CÍVIL, POLÍCIA MILITAR, COPO DE BOMBEIROS, IML, HOSPITAIS E POSTOS DE SAÚDE, NOS CASOS EM QUE A MULHER FOR VÍTIMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Resumo: As Academias da Polícia Civil, Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, ficam obrigadas a inserir no conteúdo programático dos respectivos cursos de formação, disciplinas que capacitem seus servidores a proceder ao atendimento humanizado, célere e eficaz, às mulheres vítimas da violência conceituada no artigo antecedente. No atendimento à mulher em situação de violência, caberá a autoridade ou ao agente policial, civil ou militar, providenciar transporte para a vítima até o hospital, posto de saúde ou o Instituto Médico Legal; providenciar transporte da vítima e seus dependentes em risco de vida para local seguro ou abrigo; assegurar a possibilidade da vítima retirar seus pertences pessoais do local da ocorrência ou do domicílio familiar; comunicar à vítima o horário e o local de comparecimento à delegacia, caso não seja possível o seu atendimento imediato; informar à vítima dos direitos a ela conferidos e dos serviços públicos e privados disponíveis;</p>	APROVADO	13.12.2005

	<p>garantir proteção policial, quando necessário. Em caso de situação que envolva a violência contra a mulher, os hospitais e postos de saúde deverão possuir equipe multidisciplinar para o atendimento da vítima, composta no mínimo por profissionais da Medicina, Psicologia, Enfermagem e Serviço Social.</p>		
01/06	<p>INSTITUI NORMAS DE CONTROLE PARA EMPRESAS QUE EXERCEM AVIDIDADES DE DESMONTE DE VEÍCULOS E REINTRODUÇÃO DE EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS USADOS NO MERCADO.</p> <p>Resumo: O objetivo é que o poder público disponha de mecanismos intensivos de controle da atividade comercial caracterizada como desmonte de veículos e comercialização de peças e sucatas, objetivando em consequência, a inibição de roubos e furtos de veículos e outros crimes que o seguem agregadamente, como, por exemplo, o tráfico de entorpecentes e armas. O combate a essas práticas criminosas já há muito tem despertado a atenção e provocado a ação do Estado Brasileiro. Neste sentido, encontra-se em vigor a Lei nº 9.426, de 1996, que altera dispositivos do Código Penal Brasileiro para aumentar a pena dos crimes de furto e roubo de coisa móvel, quando se trata de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para exterior, bem como insere a receptação</p>	Aprovado	08.11.2006

	qualificada, tipificando, também, a desmontagem, montagem, venda, etc., em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, coisa que deveria saber, o autor, ser produto de roubo.		
20/06	<p>OBRIGA AS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS DE ÂMBITO INTERMUNICIPAL, NO ESTADO DO CEARÁ A OFERECER ASSENTOS ESPECIAIS PARA PESSOAS OBESAS EM SEUS VEÍCULOS.</p> <p>Resumo: Ficam obrigadas as empresas concessionárias de serviço de transporte coletivo de passageiros de âmbito intermunicipal no Estado do Ceará, a oferecer assentos especiais para pessoas obesas em seus veículos. O percentual mínimo de assentos especiais para pessoas obesas será regulamentado pelo Poder Executivo. É vedada a cobrança de valor adicional pela utilização dos assentos de que trata este projeto de lei.</p>	APROVADO	20.10.2006
271/07	<p>CRIA A OBRIGATORIEDADE DE SER CONCEDIDA A GRATUIDADE DE INGRESSO, EM TODOS OS ESTÁDIOS, GINÁSIOS, CLUBES E PARQUES ESPORTIVOS DO ESTADO, AOS DEFICIENTES FÍSICOS.</p>	Aprovado	04.12.2007

	<p>Resumo: O projeto objetiva agraciar com a gratuidade de ingresso em estabelecimentos públicos que proporcionam lazer e entretenimento às pessoas portadoras de deficiência. Este projeto encontra-se em sintonia com as ações afirmativas do Estado, que primam pela busca da igualdade substancial, ou seja, o tratamento igual entre os desiguais, a fim de que as diferenças diminuam, sendo estas alçadas a dogma constitucional pela inteligência do caput do artigo 5 da Constituição Federal. O Estado tem o dever de colaborar com a inclusão social da pessoa portadora de deficiência, como mão de obra viável e eficaz dando-lhe, assim, o direito de viver como todo cidadão normal.</p>			
20/08	<p>INSTITUI O PROGRAMA POPULAR DE FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE CONDUTORES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (CNH POPULAR)</p> <p>Fica instituído, no âmbito do Poder Executivo do Estado do Ceará, vinculado à Secretaria das Cidades e Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, por intermédio do Departamento Estadual de Trânsito do Ceará – DETRAN/CE, o Programa Popular de Formação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutores de Veículos Automotores, cuja finalidade é possibilitar o acesso das pessoas de baixo poder aquisitivo, gratuitamente, à obtenção da primeira Carteira</p>	Aprovado	12.06.2008	

	<p>Nacional de Habilitação – CNH nas categorias A, B e AB e, na hipótese de nova classificação, às categorias C e D, compreendendo-se:</p> <p>Poderão candidatar-se ao benefício proporcionado pelo Programa de que trata a presente Lei aqueles que se enquadrem em uma das seguintes situações:</p> <p>I – trabalhadores comprovadamente desempregados há mais de 02 (dois) anos, cuja renda familiar mensal seja igual ou inferior a 02 (dois) salários mínimos;</p> <p>II – beneficiários do Programa Bolsa Família, criado pela Lei Federal nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004;</p> <p>III – alunos matriculados na rede pública de ensino e que comprovem bom desempenho escolar;</p> <p>IV – pessoas egressas e liberadas do sistema penitenciário, de acordo com os requisitos estabelecidos em Portaria da Presidência do DETRAN/CE.</p> <p>V – Pessoas com deficiência</p>			
91/08	<p>CONCEDE O DIREITO A UMA FOLGA ANUAL PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE CONTROLE DO CÂNCER DE MAMA E DO COLO DE ÚTERO.</p>	Aprovado	25.01.2008	

	<p>Resumo: Fica concedido a todas as servidoras públicas da Administração direta e indiretas, autarquias e fundações do Estado do Ceará, às empregadas da iniciativa privada e as trabalhadoras domésticas, o direito a uma folga anual para realização de exames preventivos de controle do câncer de mama e do colo de útero. O câncer de mama é a forma mais letal de câncer nas mulheres. Estima-se que um milhão de casos serão diagnosticados até o final deste ano. De acordo com pesquisa realizada pela revista "Times" (15 de outubro de 2007), numa reportagem especial sobre o assunto, cerca de 500 mil mulheres morrerão dessa forma no mundo todo. Só nos EUA, uma em cada oito mulheres será diagnosticada. O número de casos novos de câncer de mama esperados para o Brasil, no ano de 2008, é de 49.400, com risco estimado de 51 casos a cada 100 mil mulheres (INCA 2007). Na Região Nordeste, o câncer de mama é o mais incidente entre as mulheres com um risco estimado para 2008 de 28 casos novos por 100 mil habitantes, ou seja, 7.630 casos novos em toda a Região (INCA 2007). No Ceará, as estimativas, para o ano 2008, de números de casos novos de câncer de mama é de 1.540 casos, sendo 640 destes em Fortaleza (INCA 2007).</p>			
92/08	PROÍBE QUE AS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	Aprovado	19.06.2008	

	<p>FAÇAM O CORTE, POR FALTA DE PAGAMENTO DE CONTAS, DO FORNECIMENTO RESIDENCIAL DE SEUS SERVIÇOS APÓS ÀS 16:00H DAS SEXTAS-FEIRAS, AOS SÁBADOS, DOMINGOS E NAS DATAS EM QUE FOREM SUSPENSOS OS SERVIÇOS.</p> <p>Resumo: O corte de energia elétrica é um instrumento colocado a disposição das concessionárias de energia elétrica, mas que se revela em muitos casos abusiva, contrário as disposições do Código do Consumidor. Com efeito, no caso de corte de fornecimento de energia elétrica indevida, o consumidor é penalizado com o corte em si, e mais as incidências pecuniárias sobre o débito, juros e multa. Acrescente o fato do constrangimento causado ao consumidor e danos quando estes prestarem serviços essenciais à coletividade.</p>			
93/08	<p>PROÍBE O USO DE CAPACETES, OU QUALQUER OUTRO OBJETO QUE DIFICULTE A IDENTIFICAÇÃO, EM ESTABELECEMENTOS COMERCIAIS E PÚBLICOS.</p> <p>Resumo: O presente projeto tem como finalidade inibir ao máximo a facilidade de muitos atos ilícitos atualmente praticados, pelos chamados maus motoqueiros e que vêm amedrontando nosso Estado de modo geral, especificamente bancos e comerciantes. Muitos atos infracionais contra o</p>	Aprovado	04.06.2008	

	<p>patrimônio público ou privado são cometidos por pessoas sem caráter e covardes, acobertadas pelo capacete ou outros objetos, pois estes equipamentos dificultam a identificação de quem os usa. Entendo que a proibição do ingresso ou permanência de pessoas usando capacete ou outros objetos nos estabelecimentos comerciais, públicos ou abertos ao público, conforme proponho, justifica-se porque inibe a conduta delitativa e contribui para impedir que vários assaltos e outros atos infracionais se concretizem em face da possível identificação de quem está portando os referidos equipamentos.</p>		
160/08	<p>CONCEDE PASSE LIVRE ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS, COMPROVADAMENTE CARENTES, NO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO INTERMUNICIPAL DO ESTADO DO CEARÁ.</p> <p>Resumo: A acessibilidade traduz um dos paradigmas de nosso tempo, com a envergadura do compromisso de rompermos barreiras físicas, como arquitetônicas e urbanísticas, até a instituição de incentivos sociais, como política pública de inclusão desta parcela significativa de nossa população. De um lado, a luta para assegurar a acessibilidade para todos, nas edificações, transportes, meios de comunicação, entre outros, de modo a permitir aos cidadãos a plenitude da liberdade de ir e vir nos</p>	Aprovado	25.06.2008

	<p>equipamentos da cidade. De outro, é o próprio Poder Público que pode, através de medidas facilitadoras, assegurar o acesso deste segmento de cidadãos aos instrumentos de promoção social e qualidade de vida. A sociedade, bem verdade, não deve resumir-se a elementos de inclusão ou exclusão, uma vez que todos somos a sociedade, com as várias partes diferentes entre si, que a compõe. Mas o Poder Público não pode furtar-se a sua responsabilidade de implementar benefícios que assegurem a acessibilidade. Por esta razão, em plano federal foi consagrada a Lei nº 8899, de 29/06/1994, publicada em 30/06/1994, que concede passe livre às pessoas com deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual. Assim, comprova-se que a medida que buscamos, tem precedente em norma federal, plenamente em vigor, inclusive.</p>		
03/09	<p>DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE UM ÓRGÃO ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES, NO ÂMBITO DO ESTADO DO CEARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Resumo: O presente projeto tem por objetivo a implantação da criação de um Órgão Estadual de Políticas Públicas voltado para as mulheres em nosso Estado. Esse Órgão entre suas atribuições, tem a missão de assessorar direta e imediatamente o Governador do Estado, na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres.</p>	Aprovado	23.04.2009

	<p>Este órgão terá a tarefa primordial de desenvolver a política estadual de atendimento à mulher, além do que, passará a orientar a execução da tarefa de abrigamento provisório de mulheres vítimas de violência e a implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. A ele também deverá estar vinculado o Conselho Cearense dos Direitos da Mulher, organismo da maior importância e pioneiro na luta das mulheres cearenses por seus direitos.</p>		
04/09	<p>DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO NO ÂMBITO DA SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - STDS, CRIADA PELA LEI N.13.875, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2007 E REGULAMENTADA PELO DECRETO 28.658, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2007, O NÚCLEO ESPECIAL DE MEDIDAS PROTETIVAS E DE URGÊNCIAS SOCIAL AOS ÓRGÃOS DE MÃES MORTAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Resumo: Justifica-se a realização deste Projeto, tendo em vista a necessidade de ampliação da rede de atendimento para crianças e adolescentes órfãs vítimas da violência doméstica praticada contra mulheres mães assassinadas no Estado do Ceará. Um outro aspecto interessante é que como a pobreza é uma característica comum à maioria destas mulheres, as suas condições de moradia são muito precárias e, muitas vezes, “quando o ex-companheiro decide voltar,</p>	Aprovado	02.06.2009

	<p>simplesmente dá um chute na porta e entra em casa. Não há nenhuma proteção em nenhum sentido” (idem). Mesmo reconhecendo que com a implantação da Lei 11.340/06 mais conhecida como Lei Maria da Penha, observamos que é neste cenário, que encontramos de forma drástica, o crescente aumento dos órfãos da violência doméstica, de forma específica, por todo o Estado do Ceará. Suspeita-se que cada mulher-mãe assassinada surge pelo menos dois órfãos vítimas da repercussão dessa mesma violência.</p>			
44/09	<p>ALTERA A LEI Nº 9.826, DE 14 DE MAIO DE 1974 - ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DO CEARÁ.</p> <p>Resumo: Objetiva alterar o artigo 193, inciso II da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, que disciplinam as proibições e os deveres a que estão submetidos os servidores públicos civis do Estado, ao tempo em que cuida de prever a revogação de seu inciso II, que protege ao funcionário referir-se de modo depreciativamente as autoridades em qualquer ato funcional que praticar, inclusive em trabalho público e assinado. Tal dispositivo redundante e desnecessário porque a honra, a intimidade, a vida privada, a imagem, se encontram protegidos por legislações existentes. A honra e a intimidade estão protegidas pelos artigos 138, 139 e 140 do</p>	Aprovado	16.07.2009	

	<p>Código Penal, os quais tratam dos crimes de calúnia, injúria e difamação, respectivamente. Em caso de a ofensa se dar por meio da imprensa aplicar-se a Lei 5.250, de 9 de fevereiro de 1967. O sigilo profissional o bem jurídico tutelado pelo artigo 325 do Código Penal que diz: "Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação". Estipulando uma pena de detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos. Assim também está devidamente resguardado o sigilo do Inquérito Policial pelo art. 20 do Código de Processo Penal que determina: A autoridade assegurar no inquérito o sigilo necessário. Elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade. Se alguém for caluniado, difamado ou injuriado, que se processe o ofensor pelas regras do Código Penal ou da Lei de Imprensa, atualmente existentes.</p>			
51/09	<p>cria o fundo estadual de fomento e fortalecimento aos bancos comunitários.</p> <p>Resumo: O objetivo principal da ação de Fomento às Finanças Solidárias é apoiar a criação e o fortalecimento institucional de bancos comunitários de desenvolvimento e de fundos rotativos solidários, com vistas ao financiamento de iniciativas produtivas associativas e comunitárias, além de propiciar que se ofereça diagnóstico, acompanhamento e assistência técnica aos projetos financiados. Daí o objetivo</p>	Aprovado	02.06.2009	

	do presente projeto de Lei que cria um Fundo Estadual de Fomento e Fortalecimento aos Bancos Comunitários, tendo com diretriz fundamental a promoção da Economia Popular e Finanças solidárias. O projeto visa ainda, centralizar e gerenciar recursos para programas destinados ao fomento e fortalecimentos dos bancos comunitários.		
94/09	<p>DISPÕE SOBRE A ENTREGA DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA NO ATO DA MATRÍCULA NAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Resumo: Com objetivo de difundir informações sobre os direitos à cidadania de crianças e adolescentes, o projeto de lei prevê a distribuição nas escolas públicas estaduais do Ceará de um exemplar do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para cada pai ou responsável pelo aluno no ato da matrícula. Em vigor no Brasil desde 1990, o Estatuto, é fruto de um movimento da sociedade civil envolvendo representantes dos movimentos sociais, do mundo jurídico e das políticas públicas que se organizaram em busca da promoção e defesa aos direitos da criança e do adolescente. Além de garantir direitos de cidadania a essa população, o ECA determina a responsabilidade e os deveres das famílias, da sociedade e do Estado nesse</p>	Aprovado	06.08.2009

	processo.		
138/09	<p>CRIA NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO ESTADO DO CEARÁ - UECE O CENTRO DE ESTUDOS RACHEL DE QUEIROZ SOBRE LITERATURA CEARENSE - CERQ.</p> <p>Resumo: Esse Organismo terá como Objetivos: 1. Estudar, divulgar e difundir a Literatura Cearense. 2. Contribuir para o reforço da identidade da escritora com a população Cearense, promovendo o respeito pela sua memória e pela vivência coletiva de suas obras, favorecendo ainda as condições para a afirmação e desenvolvimento dos valores culturais. 3. E, sendo O CERQ um organismo de execução da política de cultura, apoiará ainda a Administração na formulação dessa política e na coordenação das atividades culturais relacionadas a vida e obra de Rachel de Queiroz.</p>	Aprovado	03.12.2009
226/09	<p>ALTERA A LEI 14.446, DE 01 DE SETEMBRO DE 2009, QUE DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA NOTIFICAÇÃO, PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DAS DOENÇAS DOS ANIMAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Resumo: Acrescenta o Parágrafo Primeiro, Parágrafo Segundo, Parágrafo Terceiro e Parágrafo Quarto ao Art. 5º.</p>	Aprovado	16.12.2009

	<p>da Lei 14.446 de 01/09/2009. § 1º. Os pequenos produtores cadastrados na agricultura familiar ficam isentos do pagamento da Guia de Trânsito Animal-GTA a que se refere a Lei n.º 14.446/09, ficando obrigados a providenciar os documentos para o trânsito de animais, seus produtos e subprodutos, quando cabíveis, nos termos das disposições legais estabelecidas pelos órgãos oficiais competentes: § 2º. O produtor que transferir os seus animais para outro estabelecimento, dentro do Município, comprovadamente de sua propriedade fica isento do pagamento da Guia de Trânsito Animal - GTA; § 3º O produtor que transferir animais para eventos agropecuários e retornar com animais não-comercializados para sua propriedade, fica isento do pagamento da Guia de Trânsito Animal - GTA de retorno; § 4º. A cobrança do GTA deverá ocorrer no local de comercialização de animais, ou seja, feiras e eventos agropecuários e o poder público disponibilizará órgão arrecadador de taxas nos locais onde estiverem ocorrendo o evento.</p>			
229/09	<p>CRIA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE PROFESSOR INDÍGENA, NO QUADRO DE PESSOAL CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Resumo: Considerando a existência de poucos indígenas no</p>	Aprovado	17.12.2009	

<p>Magistério, a presente proposição visa atender uma demanda dos povos e organizações indígenas do nosso Estado, em torno do ingresso, permanência e sucesso nesse sistema. Vale salientar que a discussão sobre Ensino Superior é distinta da que se refere ao Ensino Fundamental e Médio; não se trata de universalização da escolarização, mas da formação de indígenas qualificados e comprometidos com a defesa dos direitos indígenas. Entendo que a demanda pelo Ensino Superior se justifica enquanto instrumento para defender os direitos constitucionais, surgido a partir das necessidades práticas da vida cotidiana das aldeias.</p>			
<p>ALTERA O ARTIGO 6º DO DECRETO Nº 29.684, DE 18 DE MARÇO DE 2009, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 14.288-A, DE 06 DE JANEIRO DE 2009, QUE INSTITUI O PROGRAMA POPULAR DE FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE CONDUTORES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES.</p> <p>Resumo: O Governador Cid Gomes acolheu o projeto de indicação, que instituiu o programa popular de formação, educação, qualificação e habilitação profissional de condutores de veículos automotores em nosso Estado – Carteira de Motorista Popular. O projeto tinha uma missão: conceder a gratuidade para obtenção da primeira carteira de habilitação para aqueles taxativamente enquadrados pelo</p>			

23/10	<p>programa, ou seja, para aqueles:</p> <p>a) Beneficiários do Programa Bolsa Família; b) Alunos matriculados há mais de 06 meses na rede pública de ensino fundamental e médio, bem como em cursos públicos profissionalizantes; c) Pessoas egressas e liberadas do sistema penitenciário; d) E pessoas com deficiência física.</p> <p>No entanto, diante de tal benefício, vimos que existe ainda aqueles que não sendo alfabetizados estão fora do Programa não tendo a oportunidade também, de possuir documento tão relevante para sua vida cidadã e profissional. Infelizmente, ainda são muitas as pessoas que se encontram na situação de quererem tirar sua habilitação, mas não serem alfabetizadas. Visando contribuir com esse espetacular programa, apresento o presente projeto de indicação, propondo ao Governador Cid Gomes a Alteração do Decreto que regulamentou a Lei 14.288-A que institui o programa popular de formação, educação, qualificação e habilitação profissional de condutores de veículos automotores em nosso Estado. A alteração do Decreto em primeiro é no sentido de inserir no Programa aquelas pessoas que o sistema do DETRAN tenha detectado como analfabetos, dando a oportunidade através do curso de alfabetização ministrado pelos Centros de Formação de Condutores – CFCs, aqueles reprovados nos exames técnicos exigidos</p>	Aprovado	27.05.2010
-------	--	----------	------------

	<p>pelo Código de Transito Brasileiro. O projeto prevê ainda que aluno matriculado no curso de alfabetização possa optar pela prova oral ou escrita. E uma vez aprovado, o aluno matriculado passará a gozar dos benefícios da Lei 14.288-A, de 06 de janeiro de 2009.</p>		
65/10	<p>TORNA OBRIGATÓRIA A PRESENÇA DE PROFISSIONAL FARMACÊUTICO NAS UNIDADES DE SAÚDE INTEGRANTES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.</p> <p>Resumo: As unidades de saúde integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS, sob gestão direta e indireta do Estado, que possuam farmácia deverão manter, como responsável técnico, um profissional farmacêutico devidamente inscrito no Conselho Regional de Farmácia. § 1º - A presença do profissional farmacêutico será obrigatória durante todo o horário de funcionamento da unidade de saúde. § 2º - As unidades de saúde de que trata este artigo deverão manter profissional farmacêutico substituto, para os casos de impedimento ou ausência do titular. Artigo 2º - Cabe ao profissional farmacêutico responsável pela farmácia ou dispensário de medicamento assegurar: I – a qualidade dos serviços prestados à população, comprovada por meio de monitoramento e documentação; II – o atendimento dos parâmetros mínimos de infraestrutura, na forma da legislação sanitária vigente. Artigo 3º - As despesas decorrentes da</p>	Aprovado	19.10.2010

	<p>execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.</p>		
66/10	<p>INSTITUI O PROGRAMA POPULAR DE FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE CONDUTORES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES.</p> <p>Resumo: Parágrafo primeiro – As pessoas previstas no inciso “II” deste artigo poderão utilizar-se dos benefícios instituídos por esta lei no caso de estarem matriculadas há mais de 06 (seis) meses, bem como no período de até 01 (um) ano após a conclusão dos respectivos cursos. (E acrescenta o parágrafo segundo). Parágrafo Segundo – As pessoas previstas no inciso “IV” deste artigo poderão quando necessitar do veículo automotor com características específicas (veículo adaptado), utilizar os veículos disponibilizados pelos Centros de Formação de Condutores ou seu próprio veículo automotor para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação – CNH.</p>	Aprovado	13.10.2010
67/10	<p>DISPÕE SOBRE A CARACTERIZAÇÃO DO ASSÉDIO MORAL NAS DEPENDÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Resumo: O objetivo do Projeto é coibir o assédio moral nas dependências da Administração Pública adotando outras</p>	Aprovado	22.12.2010

	<p>providencias tais como: Abertura de processo disciplinar, penalidades que vão desde a obrigação do infrator participar de curso de aprimoramento profissional a suspensão ao trabalho, além de aplicação de multas. Isso porque o setor público é um dos ambientes em que o assédio moral se apresenta de forma mais visível e marcante. Muitas repartições públicas tendem a ser ambientes carregados de situações perversas, com pessoas e grupos que fazem verdadeiros plantões de assédio moral. Muitas vezes, por falta de preparo de alguns chefes imediatos, mas com frequência por pura perseguição a um determinado indivíduo.</p>		
72/10	<p>cria o Conselho Estadual de Comunicação Social do Estado do Ceará e dá outras providências.</p> <p>Resumo: A proposta de criação do Conselho foi uma das 600 sugestões aprovadas na Conferência Nacional de Comunicação realizada em dezembro de 2009 em Brasília. Antes do encontro nacional, cada Estado promoveu sua conferência, além de encontros nos municípios. No Ceará, ocorreram conferências em Fortaleza, Quixadá, Juazeiro do Norte e Fortim; todas abertas ao público. O mérito desta proposição visa instituir um Órgão que possibilite ao Estado estar presente na defesa do interesse público no que tange ao desenvolvimento e à formulação de políticas estaduais</p>	Aprovado	19.10.2010

	<p>voltadas para a valorização e fiscalização dos princípios constitucionais referentes à comunicação. Ademais não podemos deixar de considerar que o Estado não pode estar omissos no debate em torno da democratização dos meios de comunicação e, neste sentido, o Conselho Estadual de Comunicação cumprirá um papel estratégico, principalmente no que tange à formulação de políticas voltadas para a cidadania mediante possíveis abusos e arbitrariedades dos meios de comunicação.</p>		
10/11	<p>ALTERA O ART. 3º E SEU PARÁGRAFO ÚNICO DO DECRETO Nº 29.684, DE 18 DE MARÇO DE 2009, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 14.288-A, DE 6 DE JANEIRO DE 2009, QUE INSTITUI O PROGRAMA POPULAR DE FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE CONDUTORES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES.</p> <p>Resumo: O Governador Cid Gomes após ter acolhido o projeto de indicação de minha autoria, que instituiu o programa popular de formação, educação, qualificação e habilitação profissional de condutores de veículos automotores em nosso Estado, regulamentou através de Decreto sob nº 29.684 essa mesma lei. O projeto possui uma CNH Popular para a missão inovadora: Conceder a gratuidade para obtenção da primeira carteira de habilitação</p>	Aprovado	25.08.11

para aqueles taxativamente enquadrados pelo programa, ou seja, para aqueles:

- a) Beneficiários do Programa Bolsa Família;
- b) Alunos matriculados há mais de 06 meses na rede pública de ensino fundamental e médio, bem como em cursos públicos profissionalizantes;
- c) Pessoas egressas e liberadas do sistema penitenciário;
- d) E pessoas com deficiência física.

No entanto, diante de tal benefício foi visto que existe ainda aqueles que encontram dificuldades de obterem a CNH, documento tão relevante para sua vida cidadã e profissional.

É o caso da pessoa com deficiência.

O ato de ir e vir é um dos direitos básicos de todo cidadão. Mas, no caso dos deficientes físicos brasileiros, exercê-lo não é uma tarefa fácil. Além das dificuldades de se locomover usando o transporte público, são poucas as opções na hora de buscarem a sua carteira de habilitação. Muitos deles até abrem mão do direito de ter uma carteira de habilitação por acharem que terão de enfrentar uma enorme burocracia, dificuldades e muito constrangimento. Visando eliminar essa barreira, apresento o presente projeto de indicação, propondo ao Governador Cid Gomes a Alteração do Decreto que regulamentou a Lei 14.288-A que institui o

	<p>programa popular de formação, educação, qualificação e habilitação profissional de condutores de veículos automotores em nosso Estado. A alteração do Decreto é no sentido de garantir as pessoas com deficiência enquadradas no Programa às condições necessárias para obtenção da CNH. Sabe-se que existem poucos carros adaptados nos centros de formação de condutores (CFCs) em nosso Estado, sendo um grande obstáculo aos portadores de deficiências físicas (PPDs) em obter a Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Assim imperiosa é a necessidade dos mesmos puderem usar seus próprios veículos quando tiverem.</p>		
17/11	<p>ALTERA O INCISO VI DO ART. 4º DO DECRETO 22.311, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA.</p> <p>Resumo: A Lei 12.023 de 20 de novembro de 1992, que dispõe sobre o Imposto de Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, em seu capítulo IV – Das Isenções, regulamentada pelo Decreto 22.311 de 18/12/1992, disciplina que:</p> <p>Art. 4º São isentos do pagamento do imposto:</p> <p>VI - O veículo adaptado especialmente para utilização por</p>	Aprovado	15.09.2011

paraplégicos, enquanto for de sua propriedade.

Percebemos veemente a intenção do legislador de adequar a cobrança do imposto aos dispositivos constitucionais e ao amparo social. De tal sorte, estabeleceu determinações que desonerem as situações nas quais há um apelo social, como, por exemplo, a concessão de isenção do imposto para veículos adaptados para paraplégicos. No entanto, vemos que o apelo social não foi plenamente atendido. Temos uma legislação que contempla apenas os paraplégicos deixando de fora as pessoas com deficiência. A presente proposição tem como objetivo propor um novo olhar sobre a legislação estadual que trata de isenções fiscais para aquisição de veículo automotor tomando-se como referência a Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal de nº 442 de 12 de agosto de 2004, que reconhece a isenção de tributo federal (IPI) às pessoas portadoras de deficiência física. Indo até mais longe quando contempla as deficiências, visual, mental severa ou profunda, ou autistas diretamente ou por intermédio de seu representante legal. Sustenta-se tal proposta no entendimento de que ainda que os direitos fundamentais de cidadania estejam preservados na Constituição Federal, nem sempre a transferência destes para o cotidiano das pessoas é uma ação pacífica. Principalmente aqueles que de nascimento ou de circunstância acidental se tornaram, ao longo da vida,

	<p>dependentes dos cuidados de terceiros legais. O Estado Cearense fere os direitos individuais do cidadão e contraria frontalmente sua Constituição ao reconhecer somente os paraplégicos condutores e proprietários de veículos automotores como beneficiários de tais isenções.</p>		
18/11	<p>ALTERA O ART. 9º DO DECRETO Nº22.311, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1992, QUE REGULAMENTE A LEI Nº12.023, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE O IMPOSTO A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA.</p> <p>Resumo: O projeto autoriza o Executivo a disciplinar a forma e a condição para pagamento parcelado, bem como estabelecer percentual de redução do imposto para pagamento antecipado, em cota única, além de autorizar a Secretaria da Fazenda a fixar anualmente calendário para pagamento do imposto que poderá ser recolhido em cota única ou em até seis parcelas mensais e sucessivas. O parcelamento mais elástico vai beneficiar parcela considerável da população que possui veículos e é obrigada a pagar anualmente o IPVA. Sabendo que o IPVA é fundamental para o financiamento do Estado é necessário que este seja parcelado em maior quantidade de prestações para que a população não fique inadimplente por absoluta falta de condições de pagamento. Como se verifica, a</p>	Aprovado	15.09.2011

	<p>presente medida trará grandes benefícios para o nosso Estado, para os Municípios que detém um percentual sobre a arrecadação do IPVA e principalmente para os contribuintes que poderão quitar seus débitos de forma parcelada, sem prejuízo do sustento de suas famílias.</p>			
19/11	<p>INSTITUI O PROGRAMA DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA, NO ESTADO DO CEARÁ.</p> <p>Resumo: A iniciativa tem como finalidade possibilitar aos devedores de IPVA a quitação de seus débitos de forma parcelada, e conseqüentemente aumentar a arrecadação do Estado. Com o parcelamento, será arrecadada aos cofres públicos uma soma de recursos significativa, trazendo grandes benefícios para a nossa população e desafogando as contas públicas. Os contribuintes poderão quitar seus débitos de forma parcelada, e com isto poderão usufruir de vários benefícios, tais como: descontos para a multa moratória e a multa punitiva; suspensão da execução fiscal; agendamento da vistoria do carro após o pagamento da primeira parcela; livre tramitação com seu veículo nas vias públicas, além de outras previstas.</p>	Aprovado	15.09.2011	

65/11	<p>FICA ACRESCIDO O INCISO XX AO ART. 193 DA LEI Nº9.826, DE 14 DE MAIO DE 1974 - ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS CIVIS DO ESTADO DO CEARÁ. (ASSÉDIO MORAL)</p> <p>Resumo: A intenção da presente propositura é coibir o assédio moral ou sexual nas repartições públicas, acrescentando o inciso XX ao artigo 193 da lei 9.826/74 que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Civis do Estado do Ceará. O setor público é um dos ambientes em que o assédio moral se apresenta de forma mais visível e marcante. Muitas repartições públicas tendem a ser ambientes carregados de situações perversas, com pessoas e grupos que fazem verdadeiros plantões de assédio moral. Muitas vezes, por falta de preparo de alguns chefes imediatos, mas com frequência por pura perseguição a um determinado indivíduo. Outro aspecto de grande relevância é o fato de, no setor público, muitas vezes, os chefes são indicados em decorrência de suas relações de parentesco (nepotismo), amizade ou relações políticas e não por qualquer qualificação, preparação técnica ou mérito para o desempenho daquela função de comando. Despreparado para o exercício da chefia e, muitas vezes, sem o conhecimento mínimo necessário para tanto, mas, escorado nas relações que garantiram aquela sua indicação, o chefe pode se tornar extremamente arbitrário, por um lado,</p>	Aprovado	25/08/2011	
-------	--	----------	------------	--

	<p>buscando compensar suas evidentes limitações e, por outro lado, considerando-se intocável. Neste ambiente, o assédio moral tende a ser mais frequente em razão de uma peculiaridade; o chefe por estar vinculado às normas do serviço público como a estabilidade e ao crivo do Processo Administrativo Disciplinar em todas as suas fases, garantindo-se ao funcionário a ampla defesa e o contraditório, passa a estar mais distante da disposição sobre o vínculo funcional do servidor, restando-lhe mais dificultoso, demiti-lo, passa então a humilhá-lo, sobrecarregá-lo de tarefas inócuas.</p>			
85/11	<p>DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PSICOLOGIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DO CEARÁ.</p> <p>Resumo: A proposta é feita a partir da compreensão que as condições psicológicas dos sujeitos participantes do processo educativo (educadores e educandos) e o modo como estão organizadas as escolas são interferentes diretos no processo de aprendizagem. Desta forma, a presença do psicólogo na equipe de trabalho escolar, coloca-se como necessária no sentido de oferecer suporte, de um lado para os educadores em suas buscas de estratégias para efetivar as práticas pedagógicas e, de outro, para os educandos em seus propósitos de alcançar a autonomia e a inclusão social.</p>	Aprovado	22.09.2011	

	<p>Atualmente, uma série de fatos como repetência, relacionamentos, dificuldades dos professores, violência, evasão escolar, dentre outros, permeiam as intervenções dos psicólogos.</p>			
94/11	<p>TORNA OBRIGATÓRIA A DISPONIBILIZAÇÃO DE CADEIRAS ADAPTADAS EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NO ÂMBITO DO ESTADO DO CEARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Os estabelecimentos de ensino da rede pública estadual a ficam obrigados a disponibilizar, cadeiras adaptadas para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida.</p> <p>Parágrafo único: Os estabelecimentos que se enquadram nesta obrigatoriedade são os de ensino fundamental, médio, superior, e também os cursos de extensão.</p> <p>Artigo 2º - As cadeiras adaptadas deverão se adequar aos padrões e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e do Instituto Nacional de Metrologia (INMETRO).</p> <p>Artigo 3º - A Secretaria de Estado de Educação deverá fiscalizar a aplicação desta lei.</p>	Aprovado	08.02.2011	

96/11	<p>DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE NO CURRÍCULO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ENSINO FUNDAMENTAL A ORIENTAÇÃO SOBRE ALIMENTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Resumo: Art. 1º - As escolas públicas e privadas da educação fundamental do Estado do Ceará deverão incluir em seu projeto pedagógico, medidas de conscientização sobre o hábito alimentar.</p> <p>Art. 2º - Constituem objetivos a serem atingidos:</p> <p>I - Conscientizar os alunos para a prática saudável alimentar; II - prevenir, diagnosticar e combater a prática de hábitos alimentares nocivos a saúde nas escolas; III - capacitar docentes, equipe pedagógica e servidores da escola para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema; IV - envolver a família no processo de construção da cultura de paz nas unidades escolares e perante a sociedade.</p> <p>Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.</p> <p>Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p>	Aprovado	28.09.2011	
108/11	<p>DETERMINA QUE, NO MÍNIMO, 10%(DEZ POR CENTO) DAS VAGAS DAS EMPRESAS COM FINS LUCRATIVOS,</p>	Aprovado	29.05.2011	

BENEFICIADAS POR INCENTIVO OU ISENÇÃO FISCAL OUTORGADO PELO ESTADO DO CEARÁ DEVERÃO SER RESERVADAS AO PRIMEIRO EMPREGO.

Resumo: O Projeto apresentado visa que as empresas beneficiadas pelo incentivo ou isenção fiscal do Estado do Ceará reservem 10% das suas vagas de trabalho ao primeiro emprego. Esta lei vem atender a uma grande parcela da sociedade que possui dificuldade de conquistar o tão sonhado primeiro emprego. O Estado, ao conceder o incentivo e/ou isenção fiscal, passa a abrir mão de receitas importantes que poderiam ser aplicadas em diversas áreas como saúde e educação. Nada mais justo que estas empresas, ao serem beneficiadas com a redução ou isenção de tributos, contribuam à sociedade cearense oferecendo oportunidade de emprego a pessoas já qualificadas, mas que não conseguem a inserção no mercado de trabalho. É obrigação do Poder Público garantir que todo o jovem qualificado tenha o direito de possuir renda própria. Hoje, cada vez mais, o jovem vem procurando emprego, pois precisa participar ativamente da composição da renda familiar. Afinal, como exigir experiência comprovada de alguém que está ingressando no mercado de trabalho? É uma forma medíocre de excluir os jovens da disputa de uma vaga. Os jovens estão entre os que mais sofrem com a falta de adequação dos programas de proteção ao desemprego e

	<p>a pobreza. Do total do dinheiro usado para pagar o seguro-desemprego em 2000, apenas 23% foram destinados para pessoas com até 24 anos de idade. E é justamente nessa faixa que está concentrada a maior taxa de desemprego do país, de 49,8%”. Matéria veiculada no portal de Notícias R7 em 10 de maio de 2010, afirma que cerca de 3,5 milhões de jovens estão desempregados em todo o País. Em nosso país, apenas 36% dos jovens entre 15 e 24 anos têm emprego, outros 22% já trabalharam, mas estão desempregados atualmente; na média, os jovens demoram 15 meses para conseguir o primeiro emprego ou uma nova ocupação, nas regiões metropolitanas. No total, 66% deles precisam trabalhar porque todo o seu ganho, ou parte dele, complementa a renda familiar. Ainda segundo a mesma pesquisa (IBGE) o índice de desemprego entre brasileiros de 15 a 24 anos é de 17,8% em relação aos 22,2 milhões de jovens economicamente ativos, ou seja, ocupados ou que procuram por uma oportunidade profissional.</p>		
109/11	<p>INSTITUI O PROGRAMA DE RESIDÊNCIAS ASSISTIDAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NO ÂMBITO DO ESTADO DO CEARÁ.</p> <p>Resumo: O objetivo do presente programa é amenizar as dificuldades de pessoas com déficits de funcionalidade transitórios ou permanentes, onde o governo do estado do</p>	Aprovada	25.08.2011

	<p>Ceará investirá nas residências assistidas, de forma que possibilite inserção da pessoa com deficiência na sociedade em geral. O Programa de Residência Assistida consiste em uma residência habitada por pessoas portadoras de deficiências ou transtornos mentais, onde, em geral, vivem de no máximo 10 (dez) moradores. Eles recebem cuidados de enfermeiros, psicólogos, terapeutas e cuidadores. Estes se revezam no local 24 horas e gerenciam a casa monitorando as rotinas diárias dos moradores, cuidados pessoais e tarefas domésticas. Assim os adultos com necessidades especiais, que possuem família podem conquistar sua independência tornando-se mais autossuficientes em um ambiente que o induz a cuidar de si enquanto recebem tratamento médico adequado. E aqueles que não têm família ou foram abandonados consigam também tal independência de modo que consigam se inserir na comunidade da qual façam parte.</p>			
110/11	<p>DISPÕE SOBRE A ACESSIBILIDADE DOS SITES GOVERNAMENTAIS DO ESTADO DO CEARÁ.</p> <p>Resumo: Torna-se obrigatória a acessibilidade, nos portais e sítios eletrônicos do governo do estado do Ceará, na rede mundial de computadores (internet), para o uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhes o pleno acesso às</p>	Aprovado	28.09.2011	

informações disponíveis.

Art. 2º - Os sítios eletrônicos acessíveis às pessoas com deficiência conterão símbolo que represente a acessibilidade na rede mundial de computadores (internet), a ser adotado nas respectivas páginas de entrada.

Parágrafo único – os sítios eletrônicos acessíveis deverão ser feitos de modo que haja separação de forma e conteúdo, permitindo a visualização de páginas em qualquer programa navegador e dispositivo, facilitando a indexação do conteúdo.

Art. 3º - As necessidades que esse projeto de acessibilidade pretende abordar incluem:

I – Deficiências visuais;

II – Deficiência motora / mobilidade reduzida;

III – Deficiência auditiva;

IV – Deficiência de desenvolvimento;

V – Deficiência cognitivas;

Art. 4º - Os requisitos de acessibilidade dos sites governamentais deverão ser mantidos atualizados de forma que os seus beneficiários sejam contemplados com tal

	atualização.		
111/11	<p>OBRIGA AS EMPRESAS PERMISSONÁRIAS E/OU CONCESSIONÁRIAS DO TRANSPORTE INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL A INSTALAR RECIPIENTES COLETORES DE LIXO NO INTERIOR DOS COLETIVOS, ACOMPANHADOS DE MENSAGENS EDUCATIVAS PARA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Resumo: Artigo 1º - As empresas concessionárias do transporte coletivo municipais, intermunicipais e interestaduais ficam obrigadas a instalar recipientes coletores de lixo no interior dos coletivos, acompanhados de mensagens educativas com a conscientização do usuário sobre a preservação ambiental e acerca da infração de jogar lixo nas rodovias e estradas.</p> <p>Artigo 2º - O descumprimento desta Lei acarretará em multa, a ser designada a posteriori.</p>	Aprovado	22.12.2011
112/11	<p>CRIA NO ÂMBITO DO ESTADO DO CEARÁ CENTROS ESPECIALIZADOS QUE PROMOVAM A INCLUSÃO DIGITAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.</p> <p>Resumo: Art. 1º Cria no âmbito do Estado do Ceara, centros</p>	Aprovado	15.09.2011

especializados que promovam a inclusão digital para pessoas com deficiência.

Art. 2º Para efeitos desta lei é considerada pessoa com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias elencadas no Art. 4º, do Decreto nº. 3.298, de 20/12/1999, a saber:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz;

III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção

	<p>óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60o; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;</p> <p>IV - deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:</p> <p>a) comunicação; b) cuidado pessoal; c) habilidades sociais; d) utilização dos recursos da comunidade; e) saúde e segurança; f) habilidades acadêmicas; g) lazer; h) trabalho;</p> <p>V - deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências.</p> <p>Art 3º Os centros especializados de que trata este projeto deverão contar com profissionais devidamente qualificados, aptos a promoção da inclusão, bem como equipamentos específicos para cada tipo de deficiência.</p>			
113/11	<p>TORNA OBRIGATÓRIA A DISPONIBILIDADE DE ESPAÇO FÍSICO PARA A INSTALAÇÃO DE POSTOS DE ATENDIMENTO DO PROCON, NOS LOCAIS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p>	Aprovado	15.09.2011	

	<p>Resumo: O objetivo do presente programa é amenizar as dificuldades de pessoas com déficits de funcionalidade transitórios ou permanentes, onde o governo do estado do Ceará investirá nas residências assistidas, de forma que possibilite inserção da pessoa com deficiência na sociedade em geral. O Programa de Residência Assistida consiste em uma residência habitada por pessoas portadoras de deficiências ou transtornos mentais, onde, em geral, vivem de no máximo 10 (dez) moradores. Eles recebem cuidados de enfermeiros, psicólogos, terapeutas e cuidadores. Estes se revezam no local 24 horas e gerenciam a casa monitorando as rotinas diárias dos moradores, cuidados pessoais e tarefas domésticas. Assim os adultos com necessidades especiais, que possuem família podem conquistar sua independência tornando-se mais autossuficientes em um ambiente que o induz a cuidar de si enquanto recebem tratamento médico adequado. E aqueles que não têm família ou foram abandonados consigam também tal independência de modo que consigam se inserir na comunidade da qual façam parte.</p>			
114/11	<p>DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO E COMBATE DO TRABALHO INFANTIL NO ESTADO DO CEARÁ.</p> <p>Resumo: O presente projeto visa estabelecer diretrizes para</p>	Aprovado	13.10.2011	

a Política Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, especialmente nas formas consideradas como penosas, insalubres e perigosas.

A proposta está amparada nos artigos, art. 24, XV e art. 227 da Constituição Federal;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XV - Proteção à infância e à juventude;

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Além de estabelecer um marco legal inédito sobre a temática em apreço, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, busca assegurar às crianças e aos adolescentes o pleno desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. Permeia, ainda, o Estatuto, a concepção de que as crianças e adolescentes devem ter resguardados a primazia na prestação de socorros, a precedência de atendimento nos

	serviços públicos, a preferência na formulação e execução de políticas sociais e, por fim, o privilégio da destinação de recursos públicos para a proteção infanto juvenil.		
115/11	<p>INSTITUI O FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ.</p> <p>Resumo: O objetivo do presente projeto é criar o Fórum Estadual de Educação do Estado do Ceará, FEE/CE, órgão consultivo e permanente, constituído pelos vários segmentos da sociedade civil organizada. O intuito principal é servir de espaço democrático de deliberação de políticas públicas educacionais e de defesa da promoção e da qualidade social da Educação, por meio de reuniões ordinárias, debates e seminários. Dentre as inúmeras tarefas do Fórum Estadual, as entidades representativas destacam três, consideradas mais relevantes no momento atual para a Educação: acompanhar os trâmites para a aprovação do PNE, divulgando seus objetivos e metas e contribuição com a elaboração e acompanhamento da execução do Plano Estadual de Educação do CE, promovendo estudos, debates e ações em torno de suas propostas, bem como resgatar uma lacuna no FNE, que é a proposição de atribuições de definições das políticas educacionais.</p>	Aprovada	08.12.2011

118/11	<p>INSTITUI A DESTINADA A AGRACIAR OS QUE SE DESTAQUEM NA DEFESA INTRANSIGENTE DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES EM COMO NA CORRETA APLICAÇÃO E EFETIVAÇÃO DA LEI QUE LEVA SEU NOME.</p> <p>Resumo: A Comenda Maria da Penha tem como objetivo agraciar anualmente, os que se destaquem na Defesa e efetivação da Lei 11.340 decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva em 7 de agosto de 2006.</p> <p>A Lei que protege as mulheres contra a violência recebeu o nome de Maria da Penha em homenagem a farmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes. Com muita dedicação e senso de justiça, ela mostrou para a sociedade a importância de se proteger a mulher da violência sofrida no ambiente mais inesperado, seu próprio lar, e advinda do alvo menos previsto, seu companheiro, marido ou namorado.</p>	Aprovado	03.06.2011
05/12	<p>INSTITUI A DISCIPLINA DE AGRICULTURA FAMILIAR NA GRADE CURRICULAR DAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO DO ESTADO DO CEARÁ.</p> <p>Resumo: Artigo 1º - Fica instituída a disciplina de agricultura familiar na grade curricular das escolas de ensino médio da</p>	Aprovado	08.08.2012

	<p>rede estadual, com a finalidade de desenvolver e fomentar a agricultura familiar.</p> <p>Artigo 2º - Entende-se por agricultura familiar o cultivo da terra realizado por pequenos proprietários e ou produtores rurais, tendo como mão-de-obra essencialmente o núcleo familiar.</p> <p>Artigo 3º - A disciplina será ministrada preferencialmente por professor qualificado que demonstrar conhecimento técnico na área, após avaliação da Secretaria Estadual de Educação, através de processo seletivo e/ou concurso público.</p>			
17/12	<p>DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CURSOS PARA CAPACITAÇÃO DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS NAS ATIVIDADES DE APROVEITAMENTO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.</p> <p>Resumo: Artigo 1º - Fica, por esta lei, autorizado o Poder Executivo a celebrar convênios com órgãos governamentais, empresas públicas e privadas, instituições de ensino e ONGs – nacionais ou estrangeiras – com o objetivo de reunir esforços e recursos para a organização de cursos de atualização e requalificação profissional de trabalhadores nas atividades de coleta seletiva do lixo e aproveitamento de</p>	Aprovado	08.08.2012	

	<p>materiais recicláveis.</p> <p>Artigo 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias existentes, suplementadas se necessárias, ficando obrigatória sua inclusão nos orçamentos futuros.</p>		
43/12	<p>INSTITUI O FUNDO DE SUSTENTABILIDADE DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA - FSCC.</p> <p>Resumo: Art.1º Fica instituído o de Sustentabilidade de Comunicação Comunitária - FSCC, Fundo que deverá ser mantido com, pelo menos, trinta por cento das verbas publicitárias do Governo do Estado do Ceará destinadas para veículos de comunicação.</p> <p>Art. 2º O Fundo de Sustentabilidade de Comunicação Comunitária será destinado às emissoras de rádios e televisão, aos sites, às produtoras de vídeo e jornais.</p> <p>Parágrafo único. Para que estas instituições tenham acesso ao FSCC, é necessário que:</p> <p>a) sejam mantidas por associações sem fins econômicos; b) existam há mais de um ano; c) tenham Conselho Comunitário com atas registradas; d) desenvolvam projetos de interesse público selecionados</p>	Aprovado	14.01.2012

	por um Conselho formado por representantes da sociedade civil e do Governo do Estado.		
51/12	<p>TORNA OBRIGATÓRIO O EXAME ODONTOLÓGICO GRATUITO EM ALUNOS DA PRÉ-ESCOLA E DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Resumo: Art. 1.º - É obrigatório o exame odontológico nos alunos da pré-escola e do ensino fundamental da rede pública de ensino, garantida a gratuidade e a universalidade de acesso a esse atendimento.</p> <p>Art. 2.º - Além do exame os alunos receberão orientações quanto à escovação, uso de fio de dental e o que mais seja pertinente aos cuidados com a saúde e higiene bucal.</p> <p>Art. 3.º - O Estado fica autorizado a celebrar convênio com o Conselho Regional de Odontologia, ou com outros entes públicos ou privados, para implemento do quanto dispõe esta lei.</p> <p>Art. 4.º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.</p> <p>Art. 5.º - O Poder Executivo poderá regulamentar esta lei</p>	Aprovado	16.04.2014

	para garantir a sua execução.		
65/12	<p>ACRESCENTA DISPOSITIVO A SEÇÃO II, DO CAPÍTULO VI, TÍTULO IV À LEI N° 9.826, DE 14 DE MAIO DE 1974, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DO CEARÁ.</p> <p>Resumo: Art. 1º. Fica acrescido o art. 111-A e parágrafo único, a Seção II, do Capítulo VI, Título IV à Lei n.º 9.826, de 14 de maio de 1974, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará, que terá a seguinte redação:</p> <p>“ Título IV</p> <p>...</p> <p>Capítulo VI</p> <p>...</p> <p>Seção II</p> <p>...</p> <p>Art. 111-A. Também será concedido horário especial ao servidor com deficiência, quando comprovada a necessidade por junta médica oficial, independentemente de</p>	Aprovado	17.10.2013

	<p>compensação de horário.</p> <p>Parágrafo Único – Na hipótese de servidor que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência será, também, concedido horário especial, exigindo-se, porém, nesse caso, a compensação de horário”.</p>		
71/12	<p>CONCEDE ABATIMENTO DE CIQUENTA POR CENTO EM EVENTOS CULTURAIS, DE LAZER E NAS PASSAGENS DOS TRANSPORTES COLETIVOS INTERMUNICIPAIS AOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL E PRIVADA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM AS MACRORREGIÕES DO ESTADO DO CEARÁ.</p>	Aprovado	16.07.2013
104/12	<p>DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL POR TAXISTAS NO ESTADO DO CEARÁ DO CEARÁ.</p> <p>Resumo: Art.1º Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar o serviço de transporte intermunicipal realizado por taxistas.</p> <p>Parágrafo único. A regulamentação e a forma de prestação desse serviço serão devidamente efetuadas pelos órgãos estaduais competentes.</p> <p>Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p>	Aprovado	16.07.2013

14/13	<p>DISPONIBILIZA A INTERNET SEM FIO, NO SISTEMA WI-FI, NO ÂMBITO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO ESTADO DO CEARÁ, NÍVEL FUNDAMENTAL E MÉDIO E ESCOLAS PROFISSIONALIZANTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Resumo: Considerando a função educacional e social das escolas públicas e, hoje não se pode mais pensar em educação sem pensar em tecnologia e seus avanços. Motivo pelo qual formulamos este Projeto de Indicação para darmos mais um importante passo no sentido de universalizar o acesso aos alunos da Rede Estadual de Ensino do Estado do Ceará, nível Fundamental, Médio e escolas profissionalizantes à Rede Mundial de Computadores – Internet, com sinal Wi-Fi, incluindo, de forma que possibilite sua conexão em todo o espaço físico das escolas estaduais do estado do Ceará, o que refletirá o novo momento experimentado pela educação brasileira associada à informação em tempo real. Hoje praticamente todos os dispositivos móveis (celulares, notebooks, tablets, etc) vêm de fábrica com a tecnologia Wi-Fi, já disponíveis no mercado para os diversos tipos de usuários. O sistema Wi-Fi cria um novo ambiente de mídia e simplifica a vida dos professores e alunos, além das facilidades obtidas através do sistema onde poderão desenvolver várias outras atividades, pesquisas, etc. Permitindo também contatos interpessoais e acesso a</p>	Aprovado	08.08.2013	
-------	--	----------	------------	--

	informações em tempo real, quase sem limitações de tempo e espaço.		
25/13	<p>DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL, NO ÂMBITO DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ.</p> <p>Resumo: Art. 1°. Os hospitais deverão oferecer às vítimas de violência sexual atendimento emergencial, integral e multidisciplinar, visando o controle e tratamento dos agravos físicos e psíquicos decorrentes de violência sexual e encaminhamento, se for o caso, aos serviços de assistência social.</p> <p>Art. 2°. Considera-se violência sexual, para os efeitos desta Lei, qualquer forma de atividade sexual não consentida.</p> <p>Art. 3°. O atendimento imediato, obrigatório em todos os hospitais integrantes da rede estadual de saúde, compreende os seguintes serviços:</p> <p>I - diagnóstico e tratamento das lesões físicas no aparelho genital e nas demais áreas afetadas;</p> <p>II- amparo medico, psicológico e social imediato;</p> <p>III- facilitação do registro da ocorrência e encaminhamento ao IML e as delegacias especializadas com informações que</p>	Aprovado	22.08.2013

	<p>possam ser úteis para a identificação do agressor e comprovação da violência sexual;</p> <p>IV – profilaxia da gravidez;</p> <p>V – profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis;</p> <p>VI – coleta de material para realização do exame de HIV para posterior acompanhamento e terapia;</p> <p>VII – fornecimento de informações as vitima sobre os direitos legais e sobre todos os serviços sanitários disponíveis.</p> <p>Parágrafo único: Os serviços de que trata esta Lei serão prestados de forma gratuita aos que dele necessitarem.</p>			
78/13	<p>DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE TÁXI INTERMUNICIPAL NO ÂMBITO DO ESTADO DO CEARÁ.</p> <p>Resumo: Art. 1º. Fica autorizado o serviço de taxi intermunicipal no Estado do Ceará.</p> <p>Art. 2º. O exercício do serviço de táxi em trajetos intermunicipais, no âmbito do Estado do Ceará, é de competência exclusiva do profissional taxista devidamente associado ou cooperado em entidade de classe e licenciado na forma da legislação do município de emplacamento do</p>	Aprovado	19.12.2013	

veículo.

Parágrafo Único. Considera-se serviço de táxi, para os fins desta lei, qualquer espécie de transporte remunerado de passageiros em veículos do tipo passeio ou pequenos utilitários, com capacidade de transportar até 07 (sete) pessoas, incluindo o motorista, veículo de luxo, blindados, adaptados ao transporte de pessoas com deficiência e outros com características especiais.

Art. 3º. O serviço de táxi de natureza intermunicipal será objeto de regulamentação pelos órgãos competentes, desde que, observados requisitos básicos para a concessão do licenciamento, tais como:

I - ser o requerente taxista devidamente registrado junto a associação ou cooperativa da categoria;

II – possuir licença regular para o exercício do serviço de táxi em âmbito municipal emitida pelo município de emplacamento do veículo;

III – possuir veículo destinado exclusivamente ao serviço de táxi comum ou com características especiais e registradas na categoria “aluguel” junto ao DETRAN-CE;

Art. 4º. As licenças de que tratam o artigo anterior poderão

	<p>ser requeridas por sociedades constituídas exclusivamente por taxistas, que poderão credenciar e descredenciar os profissionais que executarão os serviços agenciados pelas mesmas.</p> <p>Art. 5º. É vedado o exercício de transporte intermunicipal por táxi através de empresas que não sejam compostas exclusivamente por taxistas, sócios ou associados.</p>		
108/13	<p>INSTITUI O ESTATUTO ESTADUAL DA JUVENTUDE DO CEARÁ, O ESTABELECIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE JUVENTUDE, AS FORMAS DE UTILIZAÇÃO DO FUNDO ESTADUAL DE JUVENTUDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Resumo: O Estatuto da Juventude é uma carta de direitos para jovens entre 15 e 29 anos que consolida conquistas, garantindo políticas públicas de Estado. Essa parcela da população é considerada como atores estratégicos que devem ter o papel potencializado para a transformação do nosso Estado. Com 73 artigos, a proposta assegura à população dessa faixa etária acesso à educação, profissionalização, trabalho e renda. Nesse contexto, garantir direitos por meio do Estatuto é procurar enfrentar as desigualdades sociais. Ampliar o acesso à cultura, à educação e ao esporte é possibilitar que milhares de jovens</p>	Aprovado	03.10.2013

	<p>não tenham que vivenciar a violência, o tráfico de drogas e os homicídios. Sendo assim, essa nova carta de direitos contribuirá decisivamente para a construção de um Ceará mais humano e desenvolvido.</p>		
148/13	<p>CRIA NO ÂMBITO DO ESTADO DO CEARÁ O DISPOSITIVO DE SEGURANÇA PREVENTIVA (DSP), PARA UTILIZAÇÃO NOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.</p> <p>Resumo: Art. 1º - Fica instituído o Dispositivo de Segurança Preventiva, para mulheres vitimadas por violência doméstica mesmo em custódia da medida protetiva, em todo o Estado do Ceará.</p> <p>Art. 2º - A distribuição do Dispositivo de Segurança Preventiva será determinada pelo Poder Judiciário, que selecionará os casos de mulheres vitimadas que necessitam de uma vigilância rigorosa perante o promitente agressor.</p> <p>Art. 3º - O Dispositivo de Segurança Preventiva será acionado pela vítima em risco iminente, que irá disparar um alarme na Central de Unidade Policial Especial, que providenciará uma Unidade Policial para atender a ocorrência.</p> <p>Art. 4º - Para a efetivação desta Lei, fica instituída a criação</p>	Aprovado	17.07.2014

	de Centrais de Unidade Policial Especial, para monitorar os casos das vítimas que estão sob proteção do Dispositivo de Segurança Preventiva.		
179/13	<p>DISPÕE SOBRE PROGRAMAS ESPECÍFICOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA PARA AS MICROEMPRESAS E PARA AS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO ESTADO DO CEARÁ.</p> <p>Resumo: O projeto visa incentivar as microempresas e empresas de pequeno porte para desenvolvimento tecnológico no Estado do Ceará. O intuito é contribuir para o aumento do aproveitamento dos incentivos torná-los conhecidos por parte da sociedade, no afã de sempre mais otimizar a prática da responsabilidade social e comprovar que a Responsabilidade Social não é mera conduta da empresa, mas resultado de uma otimização de seu perfil funcional, por obra da imperatividade legal, dos incentivos e benefícios fiscais.</p>	Aprovado	11.12.2014
184/13	<p>DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DE ICMS NAS AQUISIÇÕES DE PRODUTOS NECESSÁRIOS PARA A FABRICAÇÃO DE DISPOSITIVOS DE USO E DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO DO ESTADO DO CEARÁ.</p> <p>Resumo: Art.1º - Autoriza o Governo do Ceará, conceder</p>		

	<p>isenção do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) nas operações de aquisição de insumos, partes e peças, nacionais e importadas, necessárias para a fabricação de equipamentos com linhas braile, bengalas retráteis e eletrônicas, pisos táteis adaptados, eletrônicos para sistemas de roteamento, computadores, notebooks, tablets e similares, entre outros equipamentos que possam destinar-se diretamente às pessoas com deficiência físicas.</p> <p>Art.2º - O Governo do Estado do Ceará regulamentará a presente Lei.</p> <p>Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.</p>	Aprovado	11.12.2014	
190/13	<p>INSTITUI O CÓDIGO ESTADUAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.</p> <p>Resumo: O mercado globalizado e a velocidade da informação em nível mundial exigem que o Brasil esteja apto à indução e fomento da Ciência, Tecnologia e Inovação em patamares de excelência. Um dos principais entraves é a legislação de regência, que, não obstante se considerar os avanços já contidos nos textos da Lei Federal de Licitações, Lei de Inovação e Lei do Bem, ainda está aquém do dinamismo e da realidade do setor, que envolvem vários atores e parceiros que, de há muito, reivindicam agilidade e</p>	Aprovado	11.12.2014	

	<p>desburocratização para que sejam efetivadas ações mais contundentes e bem sucedidas em prol do desenvolvimento que se refletirá beneficentemente sobre todas as camadas da sociedade. Assim, é papel do Poder Executivo e da Assembleia Legislativa voltarem-se para a questão, sob pena de restar o Estado do Ceará fadado ao subdesenvolvimento perene, com a perda de competitividade de suas empresas, a perda de capital humano composto de cientistas e pesquisadores de primeira linha, o fracasso de projetos que poderiam ser exitosos, dentre outros prejuízos irreversíveis. É urgente que haja constante inovação, criação de novas tecnologias, desenvolvimento de novos produtos e processos, culminando em aumento do IDH regional e nacional, geração de novos empregos, circulação de riquezas e, em consequência, aumento de arrecadação que se reverte em prol de todas as demais políticas públicas, alimentando-se um círculo virtuoso.</p>			
196/13	<p>INSTITUI, NO ÂMBITO DOS HOSPITAIS DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, O PROGRAMA DE CIRURGIA PLÁSTICA RECONSTRUTIVA DA MAMA.</p> <p>Resumo: Art. 1º - Fica instituído, no âmbito dos hospitais da rede pública de saúde do Estado, o Programa de Cirurgia Plástica Reconstructiva da Mama, destinado às mulheres que</p>	Aprovado	20.11.2014	

sofreram mutilação parcial ou total da mama, decorrente da utilização de técnicas aplicadas no tratamento do câncer de mama.

Art. 2º - Caberá ao Poder Executivo, mediante a regulamentação desta lei, implantar o Programa de Cirurgia Plástica Reconstructiva da Mama, em todas as suas etapas e especificações científicas e ainda:

I - definir o envolvimento de cada uma das unidades de saúde envolvidas no tratamento do câncer de mama;

II - estabelecer que hospitais da rede pública estadual de saúde estão aptos a acolher o programa;

III - estabelecer os critérios e procedimentos relativos à inscrição da mulher interessada e ao prazo para o seu atendimento;

IV - consignar a possibilidade de escolha, pela mulher mastectomizada, da melhor técnica aplicada ao seu caso, segundo orientação médica;

V - determinar que todos os hospitais que façam a mastectomia ofereçam o serviço de cirurgia plástica reconstructiva da mama;

Art. 3º - Poderá o Poder Executivo, mediante convênio com

	<p>entidades públicas ou privadas de ensino superior, no âmbito da Medicina, Enfermagem, Ciências Biomédicas e Psicologia, bem como outras entidades e hospitais públicos ou privados, criar o Centro de Estudos para o Aperfeiçoamento de Técnicas Cirúrgicas Aplicadas à Reconstituição Mamária, visando ao aperfeiçoamento das técnicas cirúrgicas existentes, bem como à divulgação dos resultados científicos e práticos alcançados pelo programa.</p> <p>Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias contados da data de sua publicação.</p> <p>Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações ornamentarias própria, suplementadas se necessária.</p>			
16/14	<p>DISPÕE SOBRE O PISO SALARIAL DO PSICÓLOGO EMPREGADO PRIVADO NO ÂMBITO DO TERRITÓRIO DO ESTADO DO CEARÁ.</p> <p>Resumo: Art. 1º- O piso salarial do Psicólogo, empregado privado, é de R\$3.900,00 (três mil, novecentos reais) mensais, para jornada prevista no Art. 7º inciso XIII da Constituição Federal de 1988, combinado com o Art. 58º da Consolidação das Leis do Trabalho.</p> <p>Art. 2º- O reajuste do piso salarial de que trata esta Lei é</p>	Aprovado	10.07.2014	

	<p>anual, sempre no dia primeiro de janeiro do ano subsequente, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou outro índice que o substitua.</p> <p>Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p>			
23/14	<p>DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE TRATAMENTO ESPECIAL A NOVAS EMPRESAS DE TECNOLOGIA - sisTENET, SEU REGIME TRIBUTÁRIO DIFERENCIADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Resumo: O intuito é contribuir para o aumento do aproveitamento dos incentivos torná-los conhecidos por parte da sociedade, no afã de sempre mais aperfeiçoar a prática da responsabilidade social e comprovar que a Responsabilidade Social não é mera conduta da empresa, mas resultado de uma otimização de seu perfil funcional, por obra da imperatividade legal, dos incentivos e benefícios fiscais. No Brasil, não menos que 40% de todas as empresas criadas vão à falência antes do término de seu segundo ano de vida jurídica. Dentre as razões da grande hostilidade do ambiente de negócios brasileiro aos novos empreendedores, destacam-se tanto os altos custos logísticos incorridos em todos os estágios da produção, quanto a altíssima carga tributária, a burocracia bizantina e a falta de disponibilidade</p>	Aprovado	04.12.2014	

	<p>de insumos, notadamente mão de obra qualificada. À despeito de todas as dificuldades, observa-se nos anos recentes o fenômeno do surgimento das chamadas Startups, empresas iniciantes e inovadoras, frutos das iniciativas de jovens que transformam boas ideias, muitas vezes concebidas no seio das universidades, em negócios lucrativos. Atuam, em particular, nos ramos de alta tecnologia e com modelos de negócios frequentemente baseados na internet ou mesmo nas redes sociais.</p>		
28/14	<p>DIPÕE SOBRE A DESTINAÇÃO PARA AS ÁREAS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE DE PARCELA DA PARTICIPAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ NO RESULTADO DA COMPENSAÇÃO FINANCERA PEL EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 12.585, DE 5 DE DESEMBRO DE 2013.</p> <p>Resumo: Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação do Estado do Ceará no resultado da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural nos termos da Lei Federal nº 12.585 de 9 de setembro de 2013.</p> <p>Art. 2º Os recursos previstos no art. 1º desta lei serão aplicados no montante de 75% (setenta e cinco por cento) na área de educação e de 25% (vinte e cinco por cento) na área</p>	Aprovado	11.12.2014

	<p>de saúde, enquadrando-se, o Estado do Ceará, na norma do §1º do art. 2º da Lei Federal nº 12.585 de 9 de setembro de 2013.</p> <p>Art. 3º Os valores correspondentes aos recursos da Área da Educação previstos no art. 1º desta lei serão investidos exclusivamente na valorização da remuneração de todos os profissionais da educação da Rede Estadual de Ensino.</p> <p>Art. 4º Os recursos destinados ao Estado do Ceará, provenientes do Fundo Social previsto no art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 serão investidos exclusivamente na valorização da remuneração de todos os profissionais da educação da Rede Estadual de Ensino.</p> <p>Art. 5º São considerados Profissionais da Educação os constantes do art. 61 da Lei Federal 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.</p>			
71/14	<p>DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DE DIPLOMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EMITIDOS POR INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR REGULARES DE PAÍSES MEMBROS DO MERCOSUL E PORTUGAL PARA FINS DE ENSINO E PESQUISA NO ESTADO DO CEARÁ.</p> <p>Resumo: Art.1º - Os diplomas ao nível de graduação,</p>			

<p>mestrado ou doutorado, expedidos por Instituições de Ensino Superior devidamente regularizadas em seu País de origem, Estados membros do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), para fins de docência e pesquisa, serão aceitos automaticamente pela Administração do Estado do Ceará.</p> <p>Parágrafo único. A admissão de que trata este artigo se refere desde a qualificação de diplomas para efeito de concursos públicos ou seleção de docentes e pesquisadores no âmbito deste Estado, como também para fins de carreira de ensino e pesquisa.</p> <p>Art. 2º - Os diplomas de que trata a presente lei produzirão os mesmos efeitos de um diploma de pós-graduação obtido em Instituições de Ensino Superior regular do nosso País, inclusive, quanto ao posicionamento na carreira de cargos e salários de seu detentor.</p>	<p>Aprovado</p>	<p>11.12.2014</p>
<p>INSTITUI O PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO EM SAÚDE E ATENDIMENTO SOCIAL ÀS GESTANTES E IMPLANTA MEDIDAS DE INFORMAÇÃO SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO OBSTÉTRICA E NEONATAL NO ESTADO DO CEARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (ORIUNDO DO PROJETO DE LEI N.º 36/2014).</p> <p>Resumo: A presente proposição visa instituir em nosso Estado o Programa de Orientação em Saúde e Atendimento</p>		

88/14	<p>Social às Gestantes e Implantação de Medidas de Informação sobre a Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal, objetivando implementar política social de acompanhamento às gestantes. Muitas vezes por falta de informação muitas gestantes acabam passando por situações desnecessárias e até mesmo constrangedoras, que poderiam ser evitadas. Os casais brasileiros estão percebendo cada vez mais que os médicos e profissionais da saúde bem-intencionados nem sempre têm respaldo científico que sustentem as práticas obstétricas comuns e que muitas dessas práticas são adotadas simplesmente por serem parte de uma tradição médico-hospitalar. Nos últimos quarenta anos muitos procedimentos artificiais foram introduzidos, de modo a transformar o nascimento de evento fisiológico natural em um complicado procedimento médico no qual todo tipo de droga é usada, todo tipo de procedimento é aplicado, muitas vezes desnecessariamente e alguns dos quais potencialmente prejudiciais ao bebê e até a mãe. Está cada vez mais claro que todos os aspectos dos cuidados médicos hospitalares tradicionais no Brasil devem ser revistos e questionados criteriosamente sob a luz do respaldo científico em relação aos possíveis efeitos sobre o bebê e a parturiente.</p>	Aprovado	11.12.2014
-------	--	----------	------------

92/14	<p>DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DE TAXAS PRATICADAS PELO DETRAN/CE, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE A EMISSÃO DA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO. (ORIUNDO DO PROJETO DE LEI N.º 17/13)</p> <p>Resumo: Art. 1º - Fica instituído o parcelamento administrativo de taxas referentes a emissão da Carteira Nacional de Habilitação emitida pelo Departamento de Transito – DETRAN do Estado do Ceará, para todos aqueles que queiram gozar do benefício e que residam no Estado do Ceará.</p> <p>Art. 2º - O parcelamento das taxas de transito, referente a carteira de habilitação poderá ser requerido, junto ao órgão competente.</p> <p>Parágrafo único – caberá exclusivamente ao beneficiário, na forma da lei, o pedido de parcelamento.</p> <p>Art. 3º – As taxas poderão ser parceladas em até 6(seis) parcelas iguais e consecutivas.</p> <p>Art. 4º - As taxas à entrada do vigor desta Lei serão acumuladas em um único bloco acompanhadas de boletos bancários para pagamento, divididas em 6 (seis) parcelas e iguais e consecutivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias</p>	Aprovado	11.12.2014	
-------	--	----------	------------	--

após a solicitação de pagamento.

§ 1º - todas as taxas ou serviços referentes a Carteira de Habilitação poderão ser parcelados.

§ 2º - Excetuam-se das disposições do Caput as taxas que não tenham relação com a emissão da carteira de habilitação.

Art. 5º - O não pagamento das parcelas autoriza o Governo do Estado a tomar as providências judiciais de proteção ao crédito.

Art. 6º - O beneficiário terá que comprovar sua residência no território do Estado do Ceará.

Art. 7º - Esta lei poderá ser regulamentada.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

- Os projetos de indicação em algumas situações geram ônus para o Estado. Ele tramita da seguinte forma: É lido em Plenário; segue para parecer na procuradoria da Assembleia, depois para as comissões temáticas e por fim, para votação em Plenário. As ideias são lançadas pela deputada e após provadas em Plenário pelos outros deputados, são encaminhadas ao Governo que tem a iniciativa final de acatar ou não a indicação e transforma-lo em Lei.

REQUERIMENTOS APRESENTADOS PELA DEPUTADA RACHEL MARQUES ENTRE 2004 A 2016

Nº	EMENTA	DELIBERAÇÃO	DATA DA APROVAÇÃO
121/05	Requer a realização de Sessão Solene em homenagem aos 40 anos da Companhia Docas do Ceará.	Aprovado	25/02/2005
162/05	Requer a realização de sessão itinerante na Região do Sertão Central, no município de Quixadá a se realizar no segundo semestre de 2005 para debater políticas públicas com vistas ao desenvolvimento socioeconômico sustentável da região.	Aprovado	25/02/2005
168/05	Requer a realização de seminários intitulados “Exercício de Cidadania junto ao Poder Legislativo Estadual”, de forma a mobilizar representantes do legislativo e da sociedade civil na defesa da participação popular no processo de elaboração legislativa.	Aprovado	25/02/2005
169/05	Requer o encaminhamento de solicitação à Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará para que sejam adotadas providências relativas a Escola de Ensino Fundamental e Médio Abraão Baquit em Quixadá, pleiteando a reconstrução do muro daquela escola que enfrenta problemas de segurança há dois anos em função da queda do muro	Aprovado	25/02/2005
292/05	Requer que seja destinado o grande expediente do dia 29 de março para a realização de debate acerca da Reforma	Aprovado	11/03/2005

	Universitária Brasileira, com a possibilidade e serem feitas sugestões ao anteprojeto ora em elaboração pelo Ministério da Educação.		
295/05	Requer o encaminhamento de solicitação à Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania do Estado do Ceará de instalação da Delegacia Especializada e Defesa da Mulher no município de Quixadá, com o compromisso do prefeito em exercício Ilário Marques de doar o terreno e cuidar da parte que se refere a mobília e cessão de pessoal de apoio.	Aprovado	11/03/2005
372/05	Requer o encaminhamento de solicitação à Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania do Estado do Ceará para que sejam adotadas medidas de segurança no entorno do Porto de Fortaleza tendo em vista as inúmeras ocorrências de agressões, assaltos e violência contra trabalhadores, empresários e turistas que ali transitam	Aprovado	22/03/2005
473/05	Requer o encaminhamento de solicitação à Secretaria de Saúde do Estado do Ceará para que sejam adotadas providências relativa a seleção de novos agentes de saúde e à manutenção da responsabilidade do Estado em custear os vencimentos destes. A solicitação é feita em virtude de ter havido o desligamento de vários agentes em todo o Estado e o município não poder assumir tal ônus.	Aprovado	01/04/2005

736/05	Requer o encaminhamento de solicitação ao Reitor da UECE para que sejam entregues os diplomas aos docentes que concluíram o MAGISTER em Quixadá.	Aprovado	13/05/2005
889/05	Requer a realização de audiência pública no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, a fim de debater acerca do Fundo Estadual do Combate à Pobreza do Estado do Ceará (FECOP)	Aprovado	18/05/2005
1066/05	Requer encaminhamento de ofício a Sohidra pedindo esclarecimentos acerca da obra do açude Batateiras, tendo em vista que as obras foram paralisadas e sua continuidade é importante para o abastecimento de água potável para os municípios de Morada Nova, Ibaretama e Ocara.	Aprovado	10/06/2005
1091/05	Requer a realização de um seminário estadual sobre a proposta de lei geral das Micro e Pequenas Empresas visando a discussão de Lei com os seguimentos envolvidos.	Aprovado	10/06/2005
1439/05	Requer a realização de audiência pública para discutir acerca da Ética das instituições democráticas: legado e exigências dos trabalhadores que ao longo de muitos anos vem lutando pela construção da democracia no Brasil.	Aprovado	19/08/2005
1468/05	Requer a realização de Seminários sobre Reforma Política com o objetivo de contribuir com o processo de discussão já em	Aprovado	19/08/2005

	curso no Congresso Nacional.		
1496/05	Requer o envio de correspondência à CAGECE solicitando providencias quanto a problemática de acesso à água enfrentada pelas comunidades de Touro e Varjota no município de Itapiúna	Aprovado	19/08/2005
1540/05	Requer o envio de solicitação de informações acerca da área de assentados do INCRA, tais informações devem conter liberação de créditos para implementação, investimentos e projeto de habitação das áreas assentadas de itapiúna.	Aprovado	26/08/2005
1706/05	Requer a realização de audiência pública para discutir projeto de instalação do Parlamento da Juventude	Aprovado	23/09/2005
1707/05	Requer o envio de solicitação ao DERT para que seja autorizada a modificação do recurso das linhas dos ônibus Carlos Albuquerque e Pedras nos bairros Paupina e Pedras. O objetivo é pleitear que o DERT modifique o percurso para atender os moradores das comunidades Parque Elizabeth, Parque anto Antônio, Pedras e Ancuri.	Aprovado	23/09/2005
1731/05	Requer informações da Secretaria de Infraestrutura – SEINF, sobre o processo de licitação referente a construção dos trechos 1 e 2 da Av. José Aragão, em Paupina no município de	Aprovado	23/09/2005

	Fortaleza.		
1825/05	Requer realização de audiência pública a fim de debater acerca do Programa Pró-Equidade de Gênero.	Aprovado	30/09/2005
1923/05	Requer a criação da Frente Parlamentar pelas Miro e Pequenas Empresas	Aprovado	07/10/2005
2119/05	Requer a realização de Sessão Especial para dar destaque ao Dia Internacional de Combate a Violência contra a Mulher que é celebrado no dia 25 de novembro	Aprovado	04/11/2005
2229/05	Requer auditoria contábil junto ao Tribunal de Contas do Estado no Fundo de Combate a Pobreza (Fecop), concernente aos anos de 2004 e 2005	Aprovado	17/12/2005
2365/05	Requer ao Secretário da Regional VI, do município de Fortaleza, o saneamento e drenagem do trecho correspondente ao encontro das ruas Ministro Abmer Vasconcelos com Avenida Maestro Lisboa.	Aprovado	09/12/2005
72/06	Requer o encaminhamento de solicitação ao senhor Urbano Costa Lima, Gerente de Relações Institucionais da Telemar para que seja providenciado a construção e instalação de um posto com sistema DDD, na comunidade de Jurema dos	Aprovado	17/02/2006

	Veiras, no município de Ocara.		
88/06	Requer o envio de solicitação à ETTUSA para que seja implantada linha de ônibus no Bairro Alagadiço Novo, conforme pleito da comunidade que já encontra na ETTUSA sob o protocolo 04533/2005.	Aprovado	17/02/2006
121/06	Requer o envio de solicitação a SEINF para que seja construída via para paralela à BR 116 , no trecho denominado José Aragão, para dar acesso aos moradores que se deslocam de carro.	Aprovado	17/02/2006
299/06	Requer o envio de solicitação ao DET para que seja equacionada a problemática sugerida a partir da duplicação da BR 116, em reação a modificação nas linhas dos transportes urbanos que fazem as linhas do bairro: Alto Alegre, Fernando de Noronha, Itamaraty, Elizabeth, Esse, Santa Iar e Santo Antônio na grande Messejana.	Aprovado	17/02/2006
232/06	Requer o encaminhamento de solicitação ao senhor Urbano Costa Lima, Gerente de Relações Institucionais da Telemar para que providencie a instalação de telefones públicos em comunidades no município de Aracoiaba nas comunidades dos Barreiros; Sítio Boa Vista; Vila São Camilo.	Aprovado	17/02/2006

324/06	Requer o encaminhamento de solicitação ao senhor Urbano Costa Lima, Gerente de Relações Institucionais da Telemar para que providencie a instalação de telefones públicos em comunidades no município de Quixadá nas comunidades de Saquinho e Saco Grande.	Aprovado	17/03/2006
324/06	Requer encaminhamento de solicitação ao presidente da Cagece, pedindo a criação de dois ramais de água para atender as comunidades de Marmoré e Buenos Aires em Capistrano	Aprovado	17/03/2006
328/06	Requer encaminhamento de solicitação ao superintendente da Sohidra para a construção de uma adutora na comunidade de Dois Rios em Mineirolândia município de Pera Branca.	Aprovado	17/03/2006
329/06	Requer encaminhamento de solicitação ao superintendente da Sohidra pedindo revitalização do Poço Profundo na Comunidade Manoskolping em Capistrano.	Aprovado	17/03/2006
330/06	Requer encaminhamento de solicitação ao superintendente da Sohidra pedindo concerto do dessalinizador do Poço Profundo da Comunidade Manga no município de Capistrano.	Aprovado	17/03/2006

331/06	Requer iniciativa e acordo entre o Estado do Ceará e a União, para que administrem as obras: Implantação da adutora que interliga o açude Pirabibu no município de Quixeramobim, o açude Cedro em Quixadá.	Aprovado	17/03/2006
400/06	Requer o encaminhamento de ofício ao senhor Francisco de Assis Souza Filho, presidente da FUNCEME, solicitando a instalação de hidrômetro no Assentamento 25 de maio no município de Madalena.	Aprovado	24/04/2006
401/06	Requer encaminhamento de ofício ao senhor Paulo Barreto Ribeiro Mindêllo, secretário da Regional VI, solicitando aterro a rua Antero de Quental em Fernando de Noronha, até o contorno Oeste do bairro Alto Alegre, pois no período chuvoso provoca alagamento.	Aprovado	24/03/2006
402/06	Requer o encaminhamento de ofício ao General e Divisão Theo Espíndola Bastos, Secretário da Segurança Pública e Defesa Social, solicitando Cabina Policial para a Praça Fernando de Noronha localizada no residencial Fernando de Noronha, inibindo assim atos de vandalismo e furos aos moradores da área	Aprovado	24/03/2006
434/06	Requer encaminhamento de ofício ao senhor Paulo Barreto Ribeiro Mindêllo, secretário da Regional VI, solicitando recuperação e limpeza da Praça Fernando de Noronha	Aprovado	24/03/2006

	localizada no Residencial Fernando de Noronha.		
435/06	Requer encaminhamento de ofício ao senhor Paulo Barreto Ribeiro Mindêllo, secretário da Regional VI, solicitando iluminação da Praça Fernando de Noronha localizada no Residencial Fernando de Noronha.	Aprovado	31/03/2006
470/06	Requer a criação de Comissão Especial de Políticas para a Juventude para elaborar diagnóstico sobre a situação sócio econômica da juventude do Estado do Ceará. E para a construção de um Plano Estadual de Juventude em sintonia com o Plano Nacional de Juventude para fortalecer as ações da SEJUV	Aprovado	31/03/2006
546/06	Requer a realização de audiência pública para discutir a necessidade de criação da Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude.	Aprovado	06/04/2006
555/06	Requer o encaminhamento de solicitação ao senhor Urbano Costa Lima, Gerente de Relações Institucionais da Telemar para que providencie a instalação de telefones públicos em comunidades no município de Quixadá: Distrito de Cipó dos Anjos: Lagoa Nova, Lagoa do Feijão, Lagoa Rosa, Cipó dos Miguéis, Seriema, Croatá, Umarizeiras. Distrito de Custódio: Pau D' arco e Picos Mineiros. Distrito de Juatama: Sítio Novo e Iracema. Distrito de Dom Maurício: Vila Santo Antônio. Distrito	Aprovado	26/04/2006

	de São Bernardo: Comunidade Vila. Distrito Daniel de Queiroz: Serrote Branco. Distrito de Tapuiará: Santa Maria. Distrito de Várzea da Onça: Vila Rica.		
566/06	Requer a realização de Sessão Solene para comemorar os 20 anos da criação do Conselho Cearense dos Direitos da Mulher, vinculado à Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado do Ceará.	Aprovado	26/04/2006
607/06	Requer o envio de solicitação ao Superintendente do DERT senhor Paulo César Nunes pinho, para que seja pedido a recuperação do KM 1 e 2 da CE 265, entre Quixadá e a sede de Dom Maurício	Aprovado	26/04/2006
677/06	Requer o envio de solicitação ao Governo Estadual para que seja criado o Comitê Estadual Pró-Equidade de Gênero com o objetivo de discutir, analisar e propor alternativas quanto as desigualdades que ocorrem no serviço público, entre homens e mulheres, quanto ao acesso a remuneração, ascensão e permanência no emprego, bem como outras situações que denotem discriminação de gênero.	Aprovado	20/04/2006
839/06	Requer o encaminhamento do senhor Urbano Costa Lima, Gerente de Reações Institucionais da Telemar, para que seja providenciado a instalação de telefone público na comunidade Sítio Ouro, distrito de Mineirolândia município de Pedra Branca	Aprovado	12/05/2006

878/06	Requer o encaminhamento do senhor Urbano Costa Lima, Gerente de Reações Institucionais da Telemar, para que seja providenciado a instalação de telefone público na comunidade de Cajueiro no município de Ibaretama.	Aprovado	25/05/2006
992/06	Requer o encaminhamento do senhor Urbano Costa Lima, Gerente de Reações Institucionais da Telemar, para que seja providenciado a instalação de telefone público na comunidade Várzea da Onça, distrito de Oiticica no município de Ibaretama.	Aprovado	02/06/2006
1128/06	Requer a realização de audiência pública para discussão de alternativas que garantam o direito de meia passagem aos estudantes das Unidades da UECE no interior do Estado, tendo em vista a supressão da validade das carteiras estudantis expedidas pela ETTUSA.	Aprovado	23/06/2016
1173/06	Requer o encaminhamento do senhor Urbano Costa Lima, Gerente de Reações Institucionais da Telemar, para que seja providenciado a instalação de telefone público no Assentamento Renascer Longar no município de Ibicuitinga.	Aprovado	23/06/2006
1224/06	Requer informações, junto a Secretaria de Administração do Estado do Ceará, no intuito de ser fornecido a este Poder Legislativo, o valor da repercussão financeira do Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores da Secretaria de Saúde Estadual.	Aprovado	23/06/2006

1420/06	Requer o encaminhamento do senhor Urbano Costa Lima, Gerente de Reações Institucionais da Telemar, para que seja providenciado a instalação de telefone público na localidade de Sítio Novo no município de Pedra Branca.	Aprovado	14/07/2006
1443/06	Requer o encaminhamento do senhor Urbano Costa Lima, Gerente de Reações Institucionais da Telemar, para que seja providenciado a instalação de telefones públicos nas comunidades do município de Ibicuitinga: Boa Vista – Canidezinho; Boi Redondo – Viçosa; Canaçu- sede rural; Fabrício; Juá dos Ambrósios; Lagoa dos Porcos; Malacacheta; Fazenda Castelo Banco – Currais; Descanso e Alegre; Marrecos; Casas Populares – Zona Urbana.	Aprovado	14/07/2006
1444/06	Requer o encaminhamento do senhor Urbano Costa Lima, Gerente de Reações Institucionais da Telemar, para que seja providenciado a instalação de telefones públicos em comunidades e assentamentos relacionados: Cabeça da Ladeira; Cachoeira; Poço da Tábua; Agrovila; Bico da Arara I, Bico da Arara II. Assentamento Rodeio, Assentamento Poço dos Porcos.	Aprovado	14/07/2006
1445/06	Requer o encaminhamento do senhor Urbano Costa Lima, Gerente de Reações Institucionais da Telemar, para que seja providenciado a instalação de telefones públicos nos assentamentos do município de Ibicuitinga relacionados:	Aprovado	14/07/2006

	Assentamento Horizonte Contendas; Assentamento ale dos Sonhos; Assentamento Favela.		
1479/06	Requer o encaminhamento do senhor Urbano Costa Lima, Gerente de Reações Institucionais da Telemar, para que seja providenciado a instalação de telefone público na localidade de Morada Nova no município de Pedra Branca	Aprovado	02/08/2006
1480/06	Requer o encaminhamento do senhor Urbano Costa Lima, Gerente de Reações Institucionais da Telemar, para que seja providenciado a instalação de telefones públicos nas comunidades de Sítio Retiro e Sítio Lagoa do Arroz no município de Catarina.	Aprovado	02/08/2006
1610/06	Requer o encaminhamento do senhor Urbano Costa Lima, Gerente de Reações Institucionais da Telemar, para que seja providenciado a instalação de telefone público na Vila São João sede do município de Juazeiro do Norte.	Aprovado	06/09/2006
1648/06	Requer o encaminhamento do senhor Urbano Costa Lima, Gerente de Reações Institucionais da Telemar, para que seja providenciado a instalação de telefone público nas localidades de Senador Pompeu relacionadas: Mandacaru; Sítio São Francisco; Tapajós; Inharé; Rosária; Poço Grande; Fortuna; Currálinho; Xavier; Amanaju; Jenipapaeiro; Carnauba; Bonito; Areias; Serra do Castro; Oitica; Catolé; Sítio São Francisco	Aprovado	13/09/2006

	(perto da barragem); Rua Marechal Deodoro; Rua da Liberdade.		
1649/06	Requer o encaminhamento do senhor Urbano Costa Lima, Gerente de Reações Institucionais da Telemar, para que seja providenciado a instalação de telefone público na localidade de Lagoa do Luís, distrito de Canidezinho, município de Ibicuitinga.	Aprovado	13/09/2006
37/07	Requer a realização de audiência pública para discutir o plano de desenvolvimento local proposto pelo Fórum de Lideranças do Lagamar que contempla os eixos: saúde, educação, urbanização e moradia, violência, trabalho e renda, além de temas transversais.	Aprovado	15/02/2007
72/07	Requer a realização de audiência pública para discutir providências que venha a assegurar direitos e segurança pública para 70.000 pessoas que moram na região da Paupina, mais precisamente nas seguintes comunidades: Alto Alegre, Itamarati, Fernando de Noronha, Esse, Estrela Guia e Santa Clara.	Aprovado	15/02/2007
73/07	Requer o encaminhamento de Ofício ao senhor Roberto Chagas Monteiro secretário de segurança pública do estado do Ceará, para que providencie a implementação do Programa Ronda do Quarteirão na região da Paupina nas comunidades de Fortaleza relacionadas. Alto Alegre; Itamarati; Fernando de	Aprovado	15/02/2007

	Noronha; Esse; Estrela Guia; Santa Clara.		
107/07	Requer que seja submetida à aprovação do Plenário, solicitação com fito de ser expedido ofício à secretaria especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República – (SEAP), objetivando a dilação de prazo de recadastramento dos armadores de pesca constantes na Instrução Normativa nº 1, de janeiro de 2007.	Aprovado	16/02/2007
152/07	Requer a realização de audiência pública com o fim de tratar da produção de biodiesel e plantas oleaginosa no Estado do Ceará.	Aprovado	16/02/2007
328/07	Requer a realização de Audiência Pública para discutir acerca da Maioridade Penal no Brasil.	Aprovado	09/03/2007
531/07	Requer a implantação de Escola Técnica para ater a região da Paupina beneficiando as comunidades de Alto Alegre, Itamarati, Fernando de Noronha, Santa Clara, Pedras, Estrela Guia; Fernando de Noronha; Santa Clara; Santo Antônio.	Aprovado	16/03/2007
631/07	Requer a apresentação do Reordenamento Integrado da Rede Pública de Ensino no Estado do Ceará	Aprovado	13/03/2007
671/07	Requer o encaminhamento de solicitação ao senhor Manoel Horácio Francisco da Silva coordenador Regional da Telemar	Aprovado	23/03/2007

	para que sejam atendidas as reivindicações de implementação de telefones públicos do município de Madalena nas comunidades: Santa Caratina; Lagoa dos Bois; São Gerardo; Lonjão; Serrote Feio; Cacimba Nova; Cacimbinha; Castro; Ouro Preto; Pau D'Arca; Mufumbo; Várzea Grande; Saonete I; Sabonete II; Baeta; Itu.		
748/07	Requer encaminhamento de solicitação ao superintendente da SOHIDRA pedindo a perfuração de poço profundos nas comunidades de Cipó dos Anjos; Várzea da Onça; José Gonçalves; Lagoa do Serrote; Bom Fim; Lagoa do Meio; Vila Rica; Campo Grande; Massapê; Cipó dos Migueis; Poço Verde; Café Campestre; Vila Delfino e Tapuiará.	Aprovado	30/03/2007
779/07	Requer a realização de Seminário para tratar da Medida Provisória (MP 339/06), que regulamenta o FUNDEB, com a presença da relatora da mesma deputada federal Fátima Bezerra.	Aprovada	13/04/2007
792/07	Requer a realização de Audiência Pública para tratar da temática relativa ao Dia Internacional de Combate a Violência contra a Criança e Adolescente 18 de maio.	Aprovado	30/03/2007
793/07	Requer a realização de audiência pública para tratar da temática relativa à Marcha das Margaridas que ocorrerá em agosto deste ano, em Brasília.	Aprovado	30/03/2007

794/07	Requer realização de Audiência Pública para tratar do Piso Salarial Profissional Nacional	Aprovado	30/03/2007
796/07	Requer o encaminhamento de solicitação à Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará para que sejam adotadas providencias relativas a construção de Ponte sobre o Rio Choró no município de Choró.	Aprovado	30/03/2007
797/07	Requer o encaminhamento de solicitação à Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará para que sejam adotadas providencias relativas a transposição o Riacho Rucinha para o Açude Choró o município de Choró.	Aprovado	30/03/2007
798/07	Requer o encaminhamento de solicitação à Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará para que sejam adotadas providencias relativas a construção de passagens molhadas no município de Choró de acordo com as comunidades relacionadas: Barbada/Bo Futuna; Barbada, extrema com São Bernardo-Quixadá; Teodoso – Riacho Feijão; Boa Vista – Rio da Cruz-Choró; Volta Caiçariha; São Mateus – Riacho Rucinho; Rio São Luiz; Riacho Verde de São Luiz, Riacho Barreira Branca; Localidade de Riacho; Serra da Palha; Boa Vista.	Aprovado	30/03/2007
CIJ	Requer a realização de audiência pública para tratar das políticas públicas de Juventude no Estado do Ceará.	Aprovado	03/04/2007

CECD	Requer a realização de audiência pública para tratar da meia estudantil.	Aprovado	03/04/2007
CARHM	Requer a realização de audiência pública para tratar do plano de convivência com o semiárido, da unificação de políticas públicas destinadas a atender aos Assentamentos Rurais, endividamento das famílias assentadas pela cédula da terra.	Aprovado	07/04/2007
CDH	Requer a realização de audiência pública para tratar da violência contra homossexuais no Ceará.	Aprovado	16/04/2007
CTASP	Requer a realização de audiência pública para tratar das políticas públicas estaduais de apoio e fomento à Economia Solidária!	Aprovado	16/04/2007
CVT	Requer a realização de audiência pública para tratar das políticas públicas de habitação.	Aprovado	11/05/2007
CDH	Requer a realização de audiência pública para tratar do Movimento Grupo dos Excluídos.	Aprovado	11/05/2007
CECD	Requer a realização de audiência pública para tratar da problemática apresentada pelos CEJA – Centros de Educação de Jovens e Adultos, referente às condições físicas, aos recursos pedagógicos, capacitação dos professores e outros.	Aprovado	11/05/2007

CECD	Requer realização de audiência pública para tratar do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, de iniciativa do Governo Federal, e suas implicações no desenvolvimento da Educação Estadual.	Aprovado	11/05/2007
CECD	Requer a realização de audiência pública para tratar do projeto Constituinte Cultural, de iniciativa da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará.	Aprovado	11/05/2007
CECD	Requer a realização de Seminário sob o tema: Participação da Mulher nos Espaços de Poder, tendo como base a Reforma Política brasileira em curso	Aprovado	11/05/2007
1563/07	Requer a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária no estado do Ceará.	Aprovado	11/05/2007
1238/07	Requer a criação de Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude.	Aprovado	23/05/2007
1669/07	Requer encaminhamento de solicitação ao Secretário de Infraestrutura do Estado do Ceará e ao Superintendente do Departamento de Edificações, Rodovias e Transportes _DERT, a construção da estrada que liga a sede do município de Itapiúna à sede do distrito de Palmatória no mesmo município.	Aprovado	25/05/2007

CECD	Requer A criação da Frente Parlamentar pelos direitos das pessoas com deficiência.	Aprovado	25/05/2007s
1670/07	Requer o envio de solicitação ao superintendente do DERT para que seja feita a sinalização e colocação de tartarugas na passagem da CE ligando Quixadá ao bairro Boto	Aprovado	25/05/2007
1671/07	Requer o envio de solicitação ao superintendente do DERT para que seja feita a sinalização e colocação de tartarugas na entrada do distrito de Monte Castelo no encontro da CE com a estrada vicinal que liga o município de Choró ao citado município distrito.	Aprovado	25/05/2007
1672/07	Requer o envio de solicitação ao superintendente do DERT para que seja pedida a construção de bueiros no distrito de Serra da Palha, município de Choró.	Aprovado	25/05/2007
1673/07	Requer o envio de solicitação ao superintendente do DERT para que seja pedida a construção de bueiro no distrito de São Luis, município de Choró.	Aprovado	25/05/2007
1674/07	Requer o envio de solicitação ao superintendente do DERT para que seja pedida a construção de bueiro ligando a comunidade de Serrote Branco a São Mateus no município de Quixadá	Aprovado	25/05/2007

1675/07	Requer o envio de solicitação ao superintendente do DERT para que seja pedida a construção de bueiros no distrito de Monte Castelo, município de Choró.	Aprovado	25/05/2007
1671/07	Requer o envio de solicitação ao superintendente do DERT para que seja pedida a construção de bueiros no distrito Barbada, município de Choró. Os bueiros devem ser construídos em 13 riachos no distrito.	Aprovado	25/05/2007
1677/07	Requer o encaminhamento de solicitação ao senhor Manoel Horácio Francisco da Silva coordenador Regional da Telemar para que sejam atendidas as reivindicações de implementação de telefones públicos o distrito de Caiçarinha o município de Choró.	Aprovado	25/05/2007
CECD	Requer a realização de audiência pública para tratar da temática: Alfabetização na Idade Certa como preparação para a Conferência Estadual de Educação.	Aprovado	25/05/2007
CECD	Requer a realização de audiência pública para tratar da temática: Formação e Qualificação dos Trabalhadores em Educação, como preparação para a Conferência Estadual de Educação.	Aprovado	25/05/2007
CECD	Requer a realização de audiência pública para tratar da temática: Ensino Noturno: Tempos e Espaços, como	Aprovado	25/05/2007

	preparação para a Conferência Estadual de Educação.		
CECD	Requer a realização de audiência pública para tratar da temática: Educação no Campo, como preparação para a Conferência Estadual de Educação.	Aprovado	25/05/2007
CECD	Requer a realização de audiência pública para tratar da temática: Educação à Distância e Tecnologias Educacionais como preparação para a Conferência Estadual de Educação.	Aprovado	25/05/2007
CECD	Requer a realização de audiência pública para tratar da temática: Gestão Escolar, como preparação para a Conferência Estadual de Educação.	Aprovado	25/05/2007
CECD	Requer a realização de audiência pública para tratar da temática: Ensino Médio e Preparação para o Mundo do Trabalho, como preparação para a Conferência Estadual de Educação.	Aprovado	25/05/2007
CECD	Requer a realização de audiência pública para tratar da temática: Educação Infantil como preparação para a Conferência Estadual de Educação.	Aprovado	25/05/2007
1905/07	Requer o encaminhamento de solicitação ao Secretário de Recursos Hídricos do Estado, para a construção de um açude na localidade de Jardim – Rio Palhano para atender a	Aprovado	14/06/2007

	aproximadamente 5 mil pessoas que vivem nas comunidades da Ribeira do Palhano.		
1906/07	Requer o encaminhamento de solicitação ao senhor Manoel Horácio Francisco da Silva coordenador Regional da Telemar para que seja feita a instalação de telefones públicos nas comunidades Lagoa dos Porcos, Alto Bonito, Alegre, Pedra Branca, Serra dos Gomes, Serra dos Costas e Assentamento Tapuiu Velho, no município de Itapiúna.	Aprovado	14/06/2007
2238/07	Requer que seja enviado a Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará para que seja criado grupo técnico a fim de discutir e propor uma política de educação de jovens e adultos para o estado do Ceará.	Aprovado	29/06/2007
2239/07	Requer que seja solicitado ao excelentíssimo Governador do Estado, a criação do Comitê Gestor de Estiagem no Estado do Ceará.	Aprovado	29/06/2007
2240/07	Requer da Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Ceará -CAGECE, esclarecimento acerca da interrupção do fornecimento de água no município de Itapiúna.	Aprovado	29/06/2007
2224/07	Requer encaminhamento de solicitação a Secretara Executiva da Regional V da Prefeitura Municipal de Fortaleza, para que dê continuidade ao processo de construção do Posto de Saúde	Aprovado	29/06/2007

	na rua Itatiaia no bairro Canidezinho.		
2242/07	Requer o encaminhamento de solicitação ao senhor Manoel Horácio Francisco da Silva coordenador Regional da Telemar para que seja feita a instalação de telefones públicos nas comunidades de Sítio Pelado, Serra Verde, Correios e Riachão do Panta, Agrovila nos Candeias, Candeias Olho D'água, Centro Espírita Vale do Amanhecer, Mucunã Açudinho, Sítio Correntes, Coió de Cima, Sítio Flores e Veneza no município de Baturité.	Aprovado	29/06/2007
2244/07	Requer o encaminhamento de solicitação ao senhor Manoel Horácio Francisco da Silva coordenador Regional da Telemar para que seja feita a implantação de telefone público na rua Urucutuba 2483 no bairro Santo Amaro em Fortaleza!	Aprovado	29/06/2007
2245/07	Requer o encaminhamento de solicitação a senhora Otaciana Ribeiro Alves gerente da Unidade Executora do Projeto São José no Ceará -CAGECE, para que seja executado na comunidade do Alto do Mari no município de Baturité no Ceará, projeto de abastecimento de água.	Aprovado	29/06/2007
2246/07	Requer o encaminhamento de solicitação ao senhor Flávio Patrício Brito, presidente da Autarquia Municipal de Trânsito, Serviços Públicos e Cidadania de Fortaleza – AMC, que seja feita a inclusão de semáforos nos cruzamentos da Avenida	Aprovado	29/06/2007

	Senador Virgílio Távora Nogueira com a rua Oscar Araripe e rua Maria Julia com Oscar Araripe no bairro Santo Amaro.		
2247/07	Requer o encaminhamento de solicitação ao senhor Flávio Patrício Brito, presidente da Autarquia Municipal de Trânsito, Serviços Públicos e Cidadania de Fortaleza – AMC, que seja feita a sinalização no cruzamento das ruas São Francisco e Maria Júlia no bairro Santo Amaro.	Aprovado	29/06/2007
2248/07	Requer o encaminhamento de solicitação a Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania do Estado do Ceará, para que sejam adotadas providencias relativas à segurança construção de novas cabines policiais nos bairros Canidezinho e Grande Bom Jardim.	Aprovado	29/06/2007
2305/07	Requer o encaminhamento de solicitação a Secretaria Executiva da Regional V, que sejam realizadas obras de reforma da Praça do Canidezinho com estrutura para crianças e implementação de uma cabine policial	Aprovado	29/06/2007
2306/07	Requer o encaminhamento de solicitação a Secretaria Executiva da Regional V da prefeitura municipal de Fortaleza, para que seja feita a ampliação da Praça do Bairro Santo Amaro, localizada entre as ruas Maria Júlia com São Francisco Naquele Bairro.	Aprovado	29/06/2007

2307/07	Requer o encaminhamento de solicitação a Secretaria Executiva da Regional V para que seja feito o Saneamento Básico e pavimentação das ruas do Conjunto Dom Lustosa e Palmeiras	Aprovado	29/06/2007
239/07	Requer o encaminhamento de solicitação a Secretaria Executiva da Regional V da prefeitura municipal de Fortaleza para que seja feita a construção de uma Quadra Poliesportiva para os moradores do Conjunto Dom Lustosa e Palmeiras.	Aprovado	29/06/2007
2310/07	Requer o encaminhamento de solicitação a Secretaria Executiva da Regional V para que seja feita a drenagem e pavimentação de várias ruas no bairro Santo maro como: Nova Friburgo; Valdemar Paz; Rua D; Rua Itu a Rua Aguapé - Verde	Aprovado	29/06/2007
2311/07	Requer o encaminhamento de solicitação ao secretário da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará, para que seja feita a implantação do Juizado Especial de Combate a Violência Contra a Mulher no Estado o Ceará.	Aprovado	13/07/2007
CDH	Requer a realização de audiência pública para avaliar a implementação/aplicabilidade da lei Maria da Penha (Lei 11.340 de 07/08/2006) em nosso Estado	Aprovado	13/07/2007
2340/07	Requer o encaminhamento de solicitação a Secretaria Executiva da Regional V para que seja feita a drenagem na rua	Aprovado	13/07/2007

	Maranguape do Bairro Parque São Vicente.		
2341/07	Requer o encaminhamento de solicitação a Secretaria Executiva da Regional V da prefeitura municipal de Fortaleza para que sejam realizadas obras de saneamento básico, pavimentação e drenagem no bairro do Siqueira.	Aprovado	13/07/2007
2342/07	Requer o encaminhamento de solicitação ao secretário de Segurança Pública e Defesa da Cidadania do Estado do Ceará, para que sejam adotadas providencias relativas à implantação de uma cabine policial na praça do bairro Canidezinho.	Aprovado	13/07/2007
2343/07	Requer o encaminhamento de solicitação a Secretaria Executiva da Regional V para que seja feita a drenagem na rua Icapuí do Bairro Canidezinho.	Aprovado	13/07/2007
2387/07	Requer o encaminhamento de solicitação ao Secretário de Infraestrutura do Estado e Superintendente do departamento de Edificações, Rodovias e Transportes (DERT), A construção de acesso ao distrito de Juatama, a partir da CE060.	Aprovado	13/07/2007
2388/07	Requer o encaminhamento de solicitação a Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará para que sejam adotadas providencias relativas a perfuração de poços artesianos no Sítio Morada Nova no distrito de Mineirolândia –	Aprovado	13/07/2007

	Pedra Branca.		
2389/07	Requer o encaminhamento de solicitação a Secretaria Infraestrutura do Estado do Ceará para que sejam adotadas providencias relativas construção de passagens molhadas no Riacho Santa Bárbara no Distrito de Mineirolândia - Pedra Branca.	Aprovado	13/07/2007
2419/07	Requer o encaminhamento de solicitação a senhora Otaciana Ribeiro Alves gerente da Unidade Executora do Projeto São José no Ceará -CAGECE, para que seja feita a implantação de projetos de abastecimento de água de várias comunidades do município de Itapiúna. São elas: Comunidade de Queixadas; Rodeador; Lagoas; Cajuás, Barra de Santo Antônio, Marrecas e Serrote Preto.	Aprovado	13/07/2007
2421/07	Requer o encaminhamento de solicitação a senhora Otaciana Ribeiro Alves gerente da Unidade Executora do Projeto São José no Ceará -CAGECE, para que seja feita a implantação de projetos de abastecimento de água de várias comunidades do município de Banabuiú. São elas: São Gonçalo; Pera Branca; Jurema, Quiniporo; Aueira; Laranjeiras; Casinhas do município de Banabuiú.	Aprovado	13/07/2007

2487/07	Requer o encaminhamento de solicitação a senhora Otaciana Ribeiro Alves gerente da Unidade Executora do Projeto São José no Ceará -CAGECE, para que seja feita a implantação de projetos de abastecimento de água de várias comunidades do município de Choró. São elas: Serra da Palha; Boa Vista; Maravilha; Conquista; Pedra Grande; Barbada; Boa Fortuna no município de Choró.	Aprovado	13/07/2007
2506/07	Requer o encaminhamento de solicitação a senhora Otaciana Ribeiro Alves gerente da Unidade Executora do Projeto São José no Ceará -CAGECE, para que seja feita a implantação de projetos de abastecimento de água de várias comunidades do município de Ocara. São elas: Arisco dos Marianos; Borges; Serragem, Novo Horizonte; Baixa Grande; Lagoa dos Velhos, Bols, Foveira (Boa Vista).	Aprovado	13/07/2007
2507/07	Requer o encaminhamento de solicitação a senhora Otaciana Ribeiro Alves gerente da Unidade Executora do Projeto São José no Ceará -CAGECE, para que seja feita a implantação de projetos de abastecimento de água de várias comunidades do município de Ibaretama. São elas: Sedes Distritais de Nova Vida; Pirangi; Oiticica e Pedra e Cal. Além das comunidades de Triunfo e São Francisco.	Aprovado	13/07/2007
2589/07	Requer o encaminhamento de solicitação a Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará para que seja feita a	Aprovado	13/07/2007

	construção de uma barragem no Rio Jordão no município de Baturité. A finalidade é assegurar o abastecimento de água a 200 famílias que vive na comunidade.		
2590/07	Requer o encaminhamento de solicitação a Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará para que seja feita a construção de um poço profundo no Lago da Cruz no município de Aracati.	Aprovado	13/07/2007
CECD	Requer a realização de audiência pública para debater as propostas de Emendas ao Art.28 da Constituição do Estado do Ceará – Título IV, do Porto.	Aprovado	13/07/2007
2591/07	Requer o encaminhamento de solicitação a Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará para que seja feita a ampliação de adutora do Córrego dos Fernandes para atender as famílias do Lago da Cruz no município de Aracati.	Aprovado	13/07/2007
CECD	Requer a realização de audiência pública para debater as propostas de Emendas ao Art.28 da Constituição do Estado do Ceará – Título IV, do Município.	Aprovado	10/08/2007
CECD	Requer a realização de audiência pública para debater as propostas de Emenda ao Capítulo III a Cultura – Título VIII das Responsabilidades Culturais, Sociais e Econômicas	Aprovado	10/08/2007

2727/07	Requer o encaminhamento de solicitação a Secretaria Executiva da Regional V da prefeitura municipal de Fortaleza para que seja feita a reforma da Boca de Lobo situada a rua Dom Xisto Albano com rua Magna, no bairro Santa Rosa – Grande Mondubim.	Aprovado	10/08/2007
2728/07	Requer o encaminhamento de solicitação a Secretaria Executiva da Regional V da prefeitura municipal de Fortaleza para que seja feita a drenagem da rua Setembrina, no bairro Santa Rosa – Grande Mondubim.	Aprovado	10/08/2007
3018/07	Requer o encaminhamento de solicitação a Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará para a construção de uma adutora no açude Trapiá, para atender o abastecimento de água no distrito de Mineirolândia no município de Pera Branca	Aprovado	22/08/2007
CSSS	Requer a realização de audiência pública para tratar do fortalecimento e consolidação do Sistema Único de Saúde – SUS no país, enquanto sistema público e universalizado.	Aprovado	22/08/2007
CSSS	Requer a realização de audiência pública para tratar dos Centros de Atenção psicossocial – CAPS, de forma a debater a inclusão de pessoas dependentes de substâncias psicoativas em seu atendimento.	Aprovado	22/08/2007

2771/07	Requer a realização de Audiência Pública para tratar do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)	Aprovado	09/10/2007
3019/07	Requer o encaminhamento de solicitação a Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará para a construção de um açude no distrito Riachão no município de Banabuiú.	Aprovado	22/08/2007
CDH	Requer a realização de audiência pública para tratar da problemática que envolve a prática do aborto em nosso país.	Aprovado	23/08/2007
CECD	Requer realização de audiência pública para tratar da temática: Educação Ambiental, como preparação à Conferência Estadual de Educação do Ceará.	Aprovado	23/08/2007
CDH	Requer a realização de audiência pública para discutir acerca da abertura dos arquivos do período da ditadura no Brasil	Aprovado	23/08/2007
2229/07	Requer realização de sessão solene para comemorar o dia Nacional do professor, 15 de outubro.	Aprovado	23/08/2007
CSSS	Requer a realização de audiência pública para tratar do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de AIDS e outras DST's.	Aprovado	06/09/2007
3114/07	Requer o encaminhamento de solicitação a Secretaria Executiva da Regional II da prefeitura municipal de Fortaleza para que seja feita a reforma na Praça Edmilson Barros de	Aprovado	06/09/2007

	Oliveira, localizada na rua Travessa das Oliveiras na comunidade do Lagamar.		
3115/07	Requer o encaminhamento de solicitação a Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará para a construção de um açude no Sítio Queimadas dos Diolinos no município de Pedra Branca a fim de assegurar o abastecimento de água para sessenta famílias	Aprovado	06/09/2007
3116/07	Requer o encaminhamento de solicitação a Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará para a perfuração de poços profundos no Assentamento Monte Socorro, distrito de Mineirolândia no município de Pedra Branca.	Aprovado	06/09/2007
3395/07	Requer o encaminhamento de solicitação ao senhor Manoel Horácio Francisco da Silva coordenador Regional da Telemar para que seja feita a implantação de telefone público na comunidade de Governo I no município de Baturité.	Aprovado	11/09/2007
CTASP	Requer a realização de audiência pública para tratar da situação dos servidores (as) do município de Ibicuitinga.	Aprovado	11/09/2007
3396/07	Requer o envio de solicitação ao Tribunal de Contas do Estado, para que seja realizada auditoria nas operações de empréstimos acima de 1 milhão de reais dos devedores do extinto BEC.	Aprovado	14/09/2007

3397/07	Requer o encaminhamento de solicitação ao senhor Manoel Horácio Francisco da Silva coordenador Regional da Telemar para que seja feita a implantação de telefone público na comunidade de Estreito que fica no distrito de Barra do Sitiá no município de Banabuiú.	Aprovado	14/09/2007
CDH	Requer a realização de uma audiência pública para debater a respeito do I Encontro de Juventude GLBTT.	Aprovado	10/10/2007
CICTS	Requer a realização de audiência pública para tratar da transferência de competência do DERT enquanto órgão Executivo Rodoviário para o DETRAN, compreendido como Órgão Executivo de Trânsito.	Aprovado	25/10/2007
CICTS	Requer a realização de audiência pública para tratar do equipamento Hotel Escola da região do Maciço do Baturité, aos cuidados do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC/AR/CE – por força da Lei nº 13.245 de 25 de julho de 2002	Aprovado	18/10/2007
4636/07	Requer o encaminhamento de solicitação a Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará para a construção de açudes nas comunidades de Riachão, Riacho do Meio e Cangati – Barbada no município de Choró Limão.	Aprovado	09/11/2007

CECD	Requer a realização de Audiência Pública para tratar da Lei de Incentivo ao Esporte.	Aprovado	19/11/2007
4833/07	Requer o encaminhamento de solicitação ao senhor Manoel Horácio Francisco da Silva coordenador Regional da Telemar para que seja feita a implantação de telefone público na Escola José Bonifácio de Sousa no município de Quixadá no bairro Campo Novo.	Aprovado	07/12/2007
4834/07	Requer o encaminhamento de ofício aos órgãos oficiais do sistema de justiça e segurança do Estado do Ceará, solicitando relatórios estatísticos sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher semestralmente para esta Casa Legislativa.	Aprovado	07/12/2007
4835/07	Requer o envio de solicitação ao Detran para que seja realizado o exame para habilitação de motoristas no município de Baturité.	Aprovado	07/12/2007
5063/07	Requer o encaminhamento de solicitação ao senhor Manoel Horácio Francisco da Silva coordenador Regional da Telemar para que seja feita a instalação de telefone público na Rua d Felicidade, no Conjunto João Paulo II no bairro Jangurussu em Fortaleza.	Aprovado	07/12/2007
12/08	Requer o encaminhamento de solicitação ao senhor Urbano Costa Lima Gerente de Relações Institucionais da Oi Ceará, para que seja feita a instalação de telefone público na	Aprovado	08/02/2008

	comunidade de Lagoa do Mato no distrito de Aranaú no município de Acaraú		
68/08	Requer o encaminhamento de solicitação ao senhor Manoel Horácio Francisco da Silva coordenador Regional da Telemar para que seja feita a instalação de telefone público na comunidade de Travessia no Município de Ibaretama.	Aprovado	08/02/2008
69/08	Requer encaminhamento de solicitação a Secretaria Executiva a Regional II, que seja feita a drenagem e pavimentação da rua Aspirantes Mendes na comunidade Lagamar.	Aprovado	08/02/2008
70/08	Requer encaminhamento de solicitação a Secretaria Executiva a Regional II, que seja feita a drenagem e pavimentação da rua Via Férrea na comunidade Lagamar.	Aprovado	08/02/2008
71/08	Requer o encaminhamento de solicitação ao presidente da Autarquia Municipal de Trânsito, Serviços Públicos e Cidadania de Fortaleza (AMC), para que seja feita a sinalização da Avenida do Canal, localizada na comunidade do Lagamar no bairro São João do Tauape.	Aprovado	08/02/2008
CECD	Requer a realização de audiência pública para tratar do desempenho d Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária -PRONERA	Aprovado	15/02/2008

353/08	Requer o encaminhamento de solicitação ao senhor Urbano Costa Lima Gerente de Relações Institucionais da OI Ceará, para que seja feita a instalação de telefone público na comunidade de Travessia no município de Ibaretama.	Aprovado	08/02/2008
354/08	Requer o encaminhamento de solicitação a Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará, para que seja feita a construção de cisternas na comunidade de Travessia no município de Ibaretama.	Aprovado	22/02/2008
464/08	Requer o encaminhamento de solicitação ao senhor Urbano Costa Lima Gerente de Relações Institucionais da OI Ceará, para que seja feita a instalação de telefone público na Fazenda São João dos Pompeus no Vale do Amanhecer, Cedro Novo-Repardidor no município de Quixadá	Aprovado	22/02/2008
632/08	Requer encaminhamento de solicitação a Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará – CAGECE, o concerto definitivo da rede de água do bairro Lages/Gustavo Sampaio, no município de Baturité.	Aprovado	29/02/2008
1443/08	Requer solicitação a Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará, informações sobre a obra do Governo do Estadual que trata da implantação da adutora interligando o açude de Pirabibu em Quixeramobim, com o açude Cedro no município de Quixadá citando: Dados circunstanciados sobre o	Aprovado	16/04/2008

	início e a conclusão da obra; O montante gasto na obra e nas desapropriações; Desembolso das despesas através do cronograma financeiro e por fim as razões técnicas e legais da não operacionalização do projeto que seria o escoamento final das águas para o açude do Cedro.		
1688/08	Requer o envio de ofício ao IPEM/INMETRO solicitando a realização de perícia técnica no município de Baturité para análise da problemática relativa a prestação e utilização dos serviços de fornecimento de água e esgoto.	Aprovado	09/05/2008
1693/08	Requer o envio de ofício a ARCE – Agência Reguladora de serviços Públicos Delegados do Ceará solicitando o resultado conclusivo dos estudos realizados para a definição do custo real das tarifas de água e esgoto cobrados em Fortaleza e demais municípios.	Aprovado	09/05/2008
2079/08	Requer o envio de solicitação Superintendência do Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Ceará – DETRAN-CE, para que seja instalado um redutor de velocidade na localidade que liga o centro no município de Quixadá ao Boto especificamente na CE.	Aprovado	25/05/2008
2080/08	Requer solicitação a Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará – SRHCE, para que seja feita a construção de uma adutora no Rio Sitiá no município de Quixadá.	Aprovado	25/05/2008

2081/08	Requer o encaminhamento de solicitação à Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará – SEINFRA, para que sejam adotadas providencias relativas a construção de passagens molhadas nas seguintes localidades abaixo discriminadas no município de Quixadá como: Bom fim, Cipó dos Migueis, Espinheiros, Lagoa do Feijão, Seriema, Tapuio do Meio, Maracacheta, Vertentes Umarizeiras no distrito de Cipó dos Anjos.	Aprovado	25/05/2008
2539/08	Requer o encaminhamento de solicitação a Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará – SDCE, providencias mediante os projetos de construção de adutora nas localidades discriminadas: Assentamento Sergipe, Guanabara, Ramalhete e Dourado localizadas no município de Quixadá.	Aprovado	20/06/2008
2541/08	Requer o envio de solicitação à Câmara Federal reiterando a necessidade promete de ser retificada pelo Brasil a Convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência,	Aprovado	20/06/2008
3012/08	Requer encaminhamento de solicitação ao coordenador regional da Oi no Ceará, para que sejam feitas instalações de telefones de uso público na cidade de Solonópoles nas ruas: Vereador Antônio Cirilo no bairro Santo André, na rua Raimundo Leandro no bairro Nossa Senhora das Candeias, na rua Raimundo Leandro no bairro Santa Luzia nas comunidades	Aprovado	19/08/2008

	de Coaçu, Benevolência, Varzinha e no distrito de Assunção zona rural no Sítio Cajazeiras e Sítio Pontal.		
3141/08	Requer o encaminhamento de solicitação ao senhor Urbano Costa Lima Gerente de Relações Institucionais da Oi Ceará, para que seja feita a instalação de telefone público na comunidade de Transval no município de Varjota	Aprovado	02/09/2008
3329/08	Requer o encaminhamento de solicitação ao senhor Urbano Costa Lima Gerente de Relações Institucionais da Oi Ceará, para que seja feita a instalação de telefone público na comunidade de Vertentes no município de Choró.	Aprovado	16/09/2008
3330/08	Requer o encaminhamento de solicitação ao senhor Urbano Costa Lima Gerente de Relações Institucionais da Oi Ceará, para que seja feita a instalação de telefone público na comunidade de Barreira Branca no município de Choró.	Aprovado	16/09/2008
3370/08	Requer o encaminhamento a Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará – SRHCE, a perfuração de o poço profundo na comunidade de Arisco distrito de Tapuiará no município de Quixadá	Aprovado	14/10/2008
3440/08	Requer o encaminhamento de solicitação ao senhor Urbano Costa Lima Gerente de Relações Institucionais da Oi Ceará, para que seja feita a instalação de telefone público nas comunidades de Labirinto Aracoiaba, Sítio da Volta e	Aprovado	24/10/2008

	Tijuquinha no município de Baturité.		
3341/08	Requer o encaminhamento de solicitação ao senhor Urbano Costa Lima Gerente de Relações Institucionais da OI Ceará, para que seja feita a instalação de telefone público no Assentamento Riacho do Meio, Sítio Morada Nova no Município de Senador Pompeu.	Aprovado	24/10/2008
3464/08	Requer o encaminhamento de solicitação ao senhor Urbano Costa Lima Gerente de Relações Institucionais da OI Ceará, para que seja feita a instalação de telefone público na Rua Doutor Batista de Queiroz com Rua Paulo Soares Viana município de Quixadá.	Aprovado	24/10/2008
3623/08	Requer o envio de solicitação ao Departamento de Edificações e Rodovias do Estado Ceará – DER para que seja feita a construção de um redutor de velocidade (quebra-molas) em frente a Vila Santa Luzia, que está localizada na estrada que segue do município de Senador Pompeu para barragem do Patu que abastece o município acima citado.	Aprovado	24/10/2008
3788/08	Requer o encaminhamento de solicitação ao senhor Urbano Costa Lima Gerente de Relações Institucionais da OI Ceará, para que seja feita a instalação de telefone público no distrito de Patú de Baixo o município de Senador Pompeu.	Aprovado	06/11/2008

3789/08	Requer o envio de solicitação a Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará – SRHCE, que seja implantada uma adutora no Planalto Banabuiú de Cima, aproveitando as águas do Rio Banabuiú.	Aprovado	06/11/2008
3790/08	Requer o envio de solicitação ao Departamento de Edificações e Rodovias do Estado Ceará – DER para que seja implantado um redutor de velocidade (Lombada Eletrônica) entre a CE que liga o município de Quixeramobim no Km 20 em Senador Pompeu.	Aprovado	06/11/2008
3798/08	Requer o envio de solicitação a Secretaria de Infraestrutura do Governo do Estado do Ceará, referente ao peito da comunidade Esperança em Canindé que pena pela falta de estrada que dê acesso a comunidade.	Aprovado	06/11/2008
4206/08	Requer o encaminhamento de solicitação ao senhor Urbano Costa Lima Gerente de Relações Institucionais da Oi Ceará, para que seja feita a instalação de telefone público o Sítio Fortuana, que irá beneficiar as localidades de Jatobá, Mcambira e Candoca localizadas no município de Senador Pompeu.	Aprovado	12/12/2008
405/09	Requer o envio de informações à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, quanto a política de atendimento destinado aos órfãos de vítimas da violência doméstica.	Aprovado	10/02/2009

526/09	Requer o encaminhamento de solicitação ao senhor Urbano Costa Lima Gerente de Relações Institucionais da OI Ceará, para que seja feita a instalação de telefone público na comunidade de Baeta localizada no distrito de Macaoca no município de Madalena.	Aprovado	10/02/2009
1221/09	Requer o encaminhamento de solicitação ao senhor Urbano Costa Lima Gerente de Relações Institucionais da OI Ceará, para que seja feita a instalação de telefone público na comunidade Fazenda Velha no município de Itapiúna.	Aprovado	09/10/2009
1262/09	Requer informações à Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará sobre o terreno destinado a construção de uma unidade do Programa ABC.	Aprovado	11/11/2009
1490/09	Requer encaminhamento de solicitação à Secretaria Executiva da Regional II da prefeitura municipal de Fortaleza, para que seja feita reforma na Praça Edmilson Barros de Oliveira, localizada na rua Travessa das Oliveiras na comunidade do Lagamar no bairro São João do Tauape.	Aprovado	08/05/2009
1491/09	Requer encaminhamento de solicitação à Secretaria Executiva da Regional II da Prefeitura Municipal de Fortaleza, que seja feita drenagem e pavimentação da Via Férrea, localizada na comunidade do Lagamar no bairro São João do Tauape.	Aprovado	08/05/2009

1492/09	Requer encaminhamento de solicitação a Secretaria Executiva Regional II da Prefeitura Municipal de Fortaleza para que seja feita a drenagem e recapeamento da avenida do Canal, localizada na comunidade do Lagamar no bairro São João do Tauape.	Aprovado	08/05/2009
1730 /09	Requer encaminhamento de solicitação a Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará o Departamento de Edificações e Rodovias do Estado Ceará e ao Departamento de Edificações e Rodovias – DER solicitando a recuperação asfáltica da Rodovia Vicente Teles de Lima, que liga a sede do município de Crato ao Distrito de Santa Fé dando acesso ao município de Nova Olinda.	Aprovado	08/05/2009
2147/09	Requer que esta casa solicite ao Conselho Monetário Nacional alteração no Artigo 2º da Resolução 3724 que trata do período de reconhecimento dos decretos Municipais de Emergências ou Calamidade Pública, a referida resolução por parte os agricultores locais.	Aprovado	26/09/2009
2541/09	Requer o encaminhamento de solicitação ao senhor Urbano Costa Lima Gerente de Relações Institucionais da OI Ceará, para que seja feita a instalação de telefone público nas comunidades de Barbosa x Salgado Comprido, Saguim, e a comunidade de Menino Velho no distrito de Almofala, município	Aprovado	16/07/2009

	de Itarema.		
300/10	Requer que seja enviado ofício a Sra. Secretária de Educação do Estado Maria Izolda Cella de Arruda Coelho, solicitando a construção de um Parquinho no Instituto Cearense de Educação de Surdos que contem 450 alunos.	Aprovado	04/03/2010
552/10	Requer que a Assembleia Legislativa do Ceará oficie o DER – Departamento de edificações e Rodovias, solicitando a complementação ao orçamento já existente no valor de R\$ 215.522,40, um Mata Burro e Portões na CE 371 trecho BR 116 Extensão 25,40km No município de Palhano.	Aprovado	17/03/2010
553/10	Requer que a Assembleia Legislativa do Ceará envie ofício a OI solicitando a instalação de um telefone público para a Localidade de Candoca no município de Senador Pompeu – Ceará.	Aprovado	17/03/2010
588/10	Requer que a Assembleia Legislativa do Ceará envie ofício a AMC - Autarquia Municipal de Trânsito Serviços Públicos e de Cidadania de Fortaleza solicitando faixa de pedestre com semáforo para o cruzamento entre a Avenida Professor Heribaldo Costa e a Rua Chui.	Aprovado	17/03/2010

863/10	Requer que seja enviado ofício ao Sr. Secretario Secretário de Justiça e Cidadania do Estado do Ceará Luiz Abreu Dantas, solicitando o Caminhão do Cidadão para o município de Baturité.	Aprovado	14/04/2010
932/10	Requer que seja enviado ofício ao Excelentíssimo Secretario de Saúde do Município de Fortaleza o sr. Alexandre José Mont'Alverne silva solicitando relatório sobre a situação da Aids em mulheres e quais os serviços oferecidos.	Aprovado	14/04/2010
1214/10	Requer que a Assembleia Legislativa do Ceará envie ofício ao Shopping Iguatemi solicitando Informações sobre o destino dos resíduos coletados no Shopping.	Aprovado	05/05/2010
1919/10	Requer envio de ofício a Oi solicitando instalação de um telefone público comunitário para a Comunidade Aldeia Viração no município de Tamboril.	Aprovado	10/08/2010
1924/10	Requer envio de ofício ao diretor presidente da Coelce solicitando modificação de energia monofásica para trifásica na comunidade contendas no município de Varjota.	Aprovado	10/08/2010
1925/10	Requer que seja enviado ofício ao Secretário de Recursos Hídricos César Augusto Pinheiro solicitando ampliação da Adutora da Localidade Sítio do Meio para o Sítio Cantinho no município de Pacoti.	Aprovado	10/08/2010

2019/10	Requer o envio de ofício ao superintendente da SOHIDRA solicitando a perfuração de um poço profundo no Sítio Croatá, Localidade de Belo Monte, Distrito de Tapuiará no Município de Quixadá.	Aprovado	14/09/2010
2053/10	Requer seja enviado ofício ao superintendente da SOHIDRA solicitando a inclusão e reativação do abastecimento de água do Santuário Nossa Senhora Imaculada Rainha do Sertão no atual Projeto de Ampliação da Adutora no Município de Quixadá.	Aprovado	20/10/2010
2156/10	Requer o envio de ofício ao superintendente da SOHIDRA solicitando a perfuração de um poço profundo na Comunidade dos Pinéus, na Estrada da Mucunã, Zona Rural do Município de Baturité.	Aprovado	18/11/2010
2259/10	Requer envio de ofício ao superintendente da Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará - Cagece, solicitando a ampliação da rede de esgoto na Comunidade Do Lagamar.	Aprovado	15/12/2010
2410/10	Requer o envio de ofício ao Departamento de Edificações do Estado do Ceará - DER, solicitando a instalação de uma Lombada Eletrônica para o Distrito de Várzea da Onça, no município de Quixadá.	Aprovado	15/12/2010

2471/10	Requer a OI a instalação de um telefone público na Comunidade Sítio Morada Nova, Localidade Bonito no distrito De Senador Pompeu - Ceará.	Aprovado	22/12/2010
2472/10	Requer a OI a Instalação de um telefone público na Comunidade Batu Km 20 na Localidade Bonfim No Distrito De Senador Pompeu – Ceará.	Aprovado	22/12/2010
2473/10	Requer a OI a instalação de um telefone público na Comunidade Fortuna Localidade Engenheiro José Lopes no Distrito de Senador Pompeu – Ceará.	Aprovado	22/12/2010
CE	Requer a realização de audiência pública para discutir o PL8530/10 que institui o Plano Nacional de Educação - PNE	Aprovado	21/01/2011
CE	Requer a realização de seminário para tratar do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no município de Baturité.	Aprovado	03/02/2011
CE	Requer a realização de seminário para tratar do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no município de Baturité na Macrorregião C.	Aprovado	03/02/2011
CE	Requer a realização de seminário para tratar do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE de Fortaleza da macrorregional G.	Aprovado	03/02/2011

CE	Requer a realização de seminário para tratar do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no município de Maracanaú da macrorregional E.	Aprovado	03/02/2011
CE	Requer a realização de seminário para tratar do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no município de Juazeiro do Norte na macrorregional F.	Aprovado	03/02/2011
CE	Requer a realização de seminário para tratar do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no município de Acaraú da macrorregional B.	Aprovado	03/02/2011
CE	Requer a realização de seminário para tratar do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no município de Quixadá da macrorregional C.	Aprovado	03/02/2011
CE	Requer a realização de seminário para tratar do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE de Fortaleza da macrorregional A.	Aprovado	03/02/2011
CE	Requer a realização de seminário para tratar do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no município de Limoeiro do Norte da macrorregional D.	Aprovado	03/02/2011
CE	Requer a realização de audiência pública para tratar do fortalecimento da eficácia da Lei Maria da Penha e as políticas	Aprovado	03/02/2011

	de prevenção e combate a violência contra a mulher.		
CE	Requer a realização de audiência pública para tratar das metas de qualidades definidas pelo Plano Nacional de Educação – PNE.	Aprovado	03/02/2011
CE	Requer que sejam realizadas visitas às escolas profissionalizantes estaduais.	Aprovado	07/02/2011
CE	Requer a realização de audiência pública para tratar da expansão e funcionamento das escolas profissionalizantes estaduais.	Aprovado	07/02/2011
CDHC	Requer a realização de audiência pública para tratar da segurança pública no município de Quixadá.	Aprovado	08/02/2011
CDHC	Requer a realização de um seminário para discutir a temática: violência contra a mulher e a inclusão da mulher no mercado de trabalho no município de Mulungu.	Aprovado	10/02/2011
CIA	Requer a realização de audiência pública para tratar do Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil.	Aprovado	10/02/2011
CDHC	Requer a realização de audiência pública para tratar do Dia Internacional da Mulher, com ênfase na mulher negra.	Aprovado	14/02/2011

CSS/ CVTU	Requer a realização de audiência pública para tratar dos 30 anos da organização comunitária do Conjunto Palmeiras com ênfase nas temáticas: saúde, infraestrutura e segurança pública	Aprovado	15/02/2011
CE	Requer a realização de seminário em conjunto com a Câmara Federal e em parceria com a Universidade Federal do Ceará, para tratar do Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação – PNE 2011/2020, no município de Sobral.	Aprovado	17/02/2011
CECD	Requer a realização de audiência pública para tratar das ações da Secretaria de Articulação Federativa do Ministério da Educação.	Aprovado	22/02/2011
CECD	Requer a realização de audiência pública para tratar da situação das crianças cearenses com Síndrome de Down, por ocasião do Dia Internacional da Síndrome de Down.	Aprovado	22/02/2011
CTASP	Requer a realização de audiência pública para tratar da implantação de uma agência do Banco do Brasil no município de Paraipaba – Ceará.	Aprovado	23/02/2011
CE	Requer a realização de audiência pública para discutir a aplicação dos recursos do FUNDEB o município de Palhano.	Aprovado	02/03/2011

CE	Requer a realização de audiência pública para discutir a universalização do acesso a rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e aumenta a relação computadores/estudante nas escolas da rede pública de educação básica.	Aprovado	15/03/2011
CE	Requer a realização de audiência pública para discutir a ampliação do Programa Nacional de Aquisição de Veículos para o transporte de estudantes do campo.	Aprovado	15/03/2011
CE	Requer a realização de audiência pública para discutir a diversificação curricular do ensino médio.	Aprovado	15/03/2011
CE	Requer a realização de audiência pública para discutir a importância dos mecanismos de comunicação na aprendizagem escolar através da articulação entre mídia e educação.	Aprovado	15/03/2011
CE	Requer a realização de audiência pública para tratar sobre o autismo e inclusão: a situação das pessoas com autismo e suas famílias no Estado do Ceará.	Aprovado	15/03/2011
CE	Requer a realização de audiência pública para tratar do Projeto Diretor de Turma.	Aprovado	16/03/2011

CIA	Requer a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Educação, para discutir sobre a importância da educação inclusiva de crianças e adolescentes nas escolas públicas e privadas do Estado do Ceará.	Aprovado	16/03/2011
CDHC	Requer a realização de audiência pública para tratar da medida socioeducativa – Liberdade Assistida no Estado do Ceará, prevista no Estatuto da Criança e Adolescente.	Aprovado	17/03/2011
CE	Requer a realização de audiência pública para tratar do Programa Alfabetização na Idade Certa - PAIC	Aprovado	17/03/2011
CECD	Requer a realização de audiência pública para tratar sobre o Autismo, Conscientização e Inclusão: a situação e suas famílias no Estado do Ceará.	Aprovado	22/02/2011
CE	Requer a realização de audiência pública para tratar da formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolar.	Aprovado	24/03/2011
CE	Requer a realização de audiência pública para tratar da diversificação curricular do ensino médio para jovens e adultos.	Aprovado	24/03/2011
CE	Requer a realização de audiência pública para tratar da estruturação do ensino fundamental de nove anos com foco na organização de ciclo de alfabetização.	Aprovado	24/03/2011

CE	Requer a realização de audiência pública para tratar da expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.	Aprovado	24/03/2011
CE	Requer a realização de audiência pública para tratar da ampliação da jornada escolar, educação básica pública em tempo integral.	Aprovado	24/03/2011
CE	Requer a realização de audiência pública para tratar do Programa Nacional de Acessibilidade, previsto no Projeto de Lei nº 8035/2010 – PNE.	Aprovado	15/03/2011
CE	Requer a realização de audiência pública para tratar das ações de atendimento ao estudante, em todas as etapas a educação básica.	Aprovado	29/03/2011
CSS	Requer a realização de audiência pública para discutir sobre o Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher do Ministério da Saúde e os investimentos do Governo Federal e do Estado do Ceará na prevenção do câncer, na feminização da Aids e na disponibilização de políticas de planejamento familiar.	Aprovado	29/03/2011
CE	Requer a realização de audiência pública para tratar da educação para pessoas com deficiência.	Aprovado	29/03/2011

CDH	Requer a realização de audiência pública para discutir sobre a temática da Marcha das Margaridas 2011: Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade.	Aprovado	13/04/2011
CDH	Requer a realização de audiência pública para tratar do fortalecimento dos conselhos estadual e municipais da mulher.	Aprovado	14/04/2011
1153/11	Requer envio de ofício a Excelentíssima Senhora Secretária de Educação do Estado, Professora Izolda Cela, solicitando um estudo científico em conjunto com as universidades públicas, sobre a situação da violência nas escolas públicas.	Aprovado	19/04/2011
CE	Requer a realização de seminário em conjunto com a Câmara Federal e em parceria com a Faculdade e Filosofia Dom Aureliano Matos, para tratar do Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação – PNE 2011/2020, no município de Limoeiro do Norte.	Aprovado	20/04/2011
CIA	Requer a realização de audiência pública para tratar do Dia Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes.	Aprovado	26/04/2011
CE	Requer a realização de audiência pública para tratar da aplicação do Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais do magistério público da educação básica em conjunto com a Câmara Municipal de Limoeiro do Norte.	Aprovado	26/04/2011

CE	Requer a realização de seminário em conjunto com a Câmara Federal e em parceria com a Universidade Federal do Ceará, para tratar do Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação – PNE 2011/2020, no município de Crateús.	Aprovado	03/05/2011
CE	Requer a realização de seminário em conjunto com a Câmara Federal e em parceria com a Universidade Federal do Ceará, para tratar do Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação – PNE 2011/2020, no município de Maracanaú.	Aprovado	03/05/2011
CDHC	Requer a realização de audiência pública para tratar da Lei de Acessibilidade – Decreto Lei 5296, no que diz respeito ao acesso à informação e comunicação.	Aprovado	09/05/2011
CDRRHMP	Requer a realização de audiência pública discutir a política de economia solidária no âmbito federal, estadual e municipal.	Aprovado	09/05/2011
CTASP	Requer a realização de audiência pública para tratar sobre Assédio Moral no ambiente de trabalho.	Aprovado	09/05/2011
CDHC	Requer a realização de audiência pública para tratar do monitoramento e implementação da convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.	Aprovado	24/05/2011
CDHC	Requer a realização de audiência pública pela passagem do Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher, celebrado	Aprovado	24/05/2011

	dia 25 de novembro.		
CCJ	Requer a realização de audiência pública para tratar mulher e reforma política.	Aprovado	24/05/2011
CSSS	Requer a realização de audiência pública para tratar do Outubro Rosa – contra o câncer de mama.	Aprovado	24/05/2011
CDH	Requer a realização de audiência pública para apresentar e discutir o Estatuto do Idoso e seus mecanismos de garantia de direitos que são de responsabilidade do Estado do Ceará.	Aprovado	24/05/2011
CTASP	Requer a realização de audiência pública para tratar do passe livre para pessoa com deficiência.	Aprovado	26/05/2011
CSSS	Requer a realização de audiência pública para tratar das políticas públicas relacionadas à pessoas com tuberculose e hanseníase.	Aprovado	30/05/2011
1927/11	Requer envio de ofício ao Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Ceará para comunicar denúncia feita por beneficiários do Programa Carteira de Motorista Popular, do Município de Baturité.	Aprovado	02/07/2011
CE	Requer a realização de audiência pública em parceria com a Câmara Federal para discutir bullying e violência nas escolas.	Aprovado	05/10/2011

CE	Requer a realização de audiência pública em conjunto com a Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Estado do Ceará, para realização do lançamento da Campanha Salarial 2012.	Aprovado	05/10/2011
CDRRHMP	Requer a realização de audiência pública para tratar da Lei de Iniciativa Popular da Economia Solidária – Para um Brasil Justo e Sustentável.	Aprovado	10/10/2011
4172/11	Requer o envio de ofício à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará – SSPDS solicitando a construção de uma nova delegacia de Polícia Civil de Quixadá.	Aprovado	03/11/2011
4256/11	Requer o envio de ofício a Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, solicitando providências para a viabilização da permanência do Armazém da CONAB no município de Tauá.	Aprovado	10/11/2011
CCTES	Requer a realização de audiência pública para tratar da reivindicação dos diplomas de brasileiros que fizeram pós-graduação no exterior.	Aprovado	20/11/2011
CE	Requer a realização de audiência pública para tratar da evasão escolar no ensino médio no Estado do Ceará.	Aprovado	22/11/2011

CE	Requer a realização de audiência pública em conjunto com a Associação Nacional de História – sessão Ceará para tratar da implementação da Lei 10.746/1982 – Sistema Estadual de Documentação e Arquivo e da Lei 13.087/2000 – Comissão Estadual de Arquivos.	Aprovado	22/11/2011
CDH	Requer a realização de audiência pública para tratar do Plano Nacional da Pessoa com Deficiência – Viver Sem Limites.	Aprovado	22/11/2011
CTES	Requer a realização de audiência pública em conjunto com o Instituto Humaitá de Cidadania (IHC) para tratar da instalação do campus avançado da Universidade Federal do Ceará (UFC) no município de Senador Pompeu – CE.	Aprovado	30/11/2011
03/12	Requer a realização de sessão solene em comemoração ao Dia Mundial do Trabalho.	Aprovado	01/01/2012
07/12	Requer a realização de sessão solene em homenagem ao dia Estadual do Sistema Braille, celebrado anualmente em 8 de abril	Aprovado	01/01/2012
CMADS	Requer a realização de audiência pública para tratar da regularização da situação dos loteiros do DNOCS da região do Sertão Central.	Aprovado	03/01/2012

CMADS	Requer a realização de audiência pública para tratar da cobrança da Guia de Trânsito Animal (GTA) e a Lei nº 15.013 de 2010.	Aprovado	03/01/2012
CDH	Requer a realização de audiência pública para tratar do fortalecimento da eficácia da Lei Maria da Penha e as políticas de prevenção e combate e violência contra a mulher.	Aprovado	03/02/2012
CIA	Requer a realização de audiência pública para tratar do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE	Aprovado	24/02/2012
CECD	Requer a realização de audiência pública para tratar da educação escolar indígena.	Aprovado	01/03/2012
CTASP	Requer a realização de audiência pública para tratar do autismo sem preconceitos: vida independente e inclusão na comunidade.	Aprovado	01/03/2012
CECE	Requer a realização de audiência pública para tratar do relatório provincial de 1863 que dava como extinta a população indígena do Ceará.	Aprovado	07/03/2012
CSSS	Requer a realização de audiência pública para discutir a criação de políticas públicas relacionados ao consumo de bebidas alcólicas no Estado do Ceará.	Aprovado	07/03/2012

CE	Requer a realização de audiência pública para tratar de Programa Mais Educação.	Aprovado	12/03/2012
CE	Requer a realização de audiência pública para o lançamento do Fórum Estadual de Educação - FEE	Aprovado	12/03/2012
CE	Requer a realização de audiência pública para tratar d Semana de Ação Mundial 2012, com a temática: Educação Infantil.	Aprovado	16/03/2012
CE	Requer a realização de audiência pública para tratar da abertura da Caravana do Nordeste contra o Trabalho Infantil e lançamento da Caravana Cearense Contra o Trabalho Infantil.	Aprovado	20/03/2012
CDS	Requer a realização de audiência pública para tratar da implantação da delegacia da mulher em Canindé.	Aprovado	23/03/2012
1526/12	Requer o envio de ofício à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará, solicitando a construção de um albergue na cidade de Baturité com o objetivo de acolher as pessoas indigentes de acordo com a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua.	Aprovado	10/05/2012
CDS	Requer a realização de audiência pública para tratar da problemática: Violência no Campo e o direito de lutar pela vida: 02 anos de assassinato do ambientalista Zé Maria Tomé.	Aprovado	11/04/2012

CDRRHMP	Requer a realização de audiência pública para tratar da transposição de Bacias que envolvem os municípios de Banabuiú, Quixadá, Solonópoles e Jaguaratama.	Aprovado	13/06/2012
CE	Requer a realização de audiência pública na região do Cariri para tratar do Plano Estadual de implementação da Lei nº 10.639/2003 na rede de educação básica do Estado do Ceará.	Aprovado	03/07/2012
CE	Requer a realização de audiência pública na região Norte para tratar do Plano Estadual de implementação da Lei nº 10.639/2003 na rede de educação básica do Estado do Ceará.	Aprovado	03/07/2012
CE	Requer a realização de audiência pública na região do Sertão Central para tratar do Plano Estadual de implementação da Lei nº 10.639/2003 na rede de educação básica do Estado do Ceará.	Aprovado	03/07/2012
CJ	Requer a realização de audiência pública para tratar do Plano de enfrentamento à violência contra a juventude negra.	Aprovado	17/07/2012
CDH	Requer a realização de audiência pública para tratar do tema: Os impactos socioambientais e sobre a saúde humana da Mineração de Urânio e Fosfato de Itataia do município de Santa Quitéria.	Aprovado	17/07/2012

CTASP	Requer a realização de audiência pública para tratar do fortalecimento da política de Reforma Agrária, a reestruturação das carreiras e situação do funcionamento do INCRA.	Aprovado	17/07/2012
CTASP	Requer a realização de audiência pública para tratar do lançamento salarial 2013 dos servidores (as) públicos municipais em parceria com a Federação Municipal do Estado do Ceará (FETAMCE)	Aprovado	30/10/2012
2498/12	Requer envio de ofício ao Superintendente Regional do Detran, solicitando a instalação de um foto sensor no distrito de Várzea da Onça - Sede, Ce 265, Km 18, Município de Quixadá-Ce.	Aprovado	06/11/2012
2559/12	Requer o envio de ofício ao Superintendente da Sohidra, Solicitando a perfuração de um poço profundo na comunidade de Sítio Pelada - Vale dos Candeias, Município de Baturité.	Aprovado	06/11/2012
3017/12	Requer o envio de ofício ao superintendente da Sohidra, solicitando a perfuração de um poço profundo na localidade de Candeia no Município Paramoti/ Ce.	Aprovado	06/11/2012
CE	Requer a realização de audiência pública para o lançamento da Conferência Estadual de Educação.	Aprovado	04/12/2012
CDH	Requer a realização de audiência pública para debater sobre “a extrema pobreza na região do Grande Jangurussu e as ações	Aprovado	03/12/2012

	de 15 anos de Banco Palmas na sua superação”.		
CE	Requer a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei da Câmara Federal de nº103/2012, que dispõe sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), o que se refere à meta 20% de aplicação dos 10% do PIB e a vinculação de 100% dos royalties para a educação.	Aprovado	04/12/2012
CE	Requer a realização de audiência pública conjunta com a Câmara Municipal de Fortaleza durante a semana Nacional da Educação.	Aprovado	05/02/2013
CCTES	Requer que sejam realizadas visitas as Instituições de Ensino Superior (IES) que ofertam o Curso de Direito no Estado do Ceará.	Aprovado	25/02/2013
CCTES	Requer que seja realizada audiência pública para tratar sobre a Jornada Mundial da Juventude.	Aprovado	25/02/2013
CDH	Requer que seja realizada audiência pública para discutir sobre Núcleo de Atendimento ao Homem Autor de Violência Contra a Mulher – NUAH do Juizado da Vara de Penas Alternativas.	Aprovado	25/02/2013
CCTES	Requer que seja realizada audiência pública no intuito de debater acerca das condições de acessibilidade nas	Aprovado	25/02/2013

	instituições de educação superior.		
CCTES	Requer que seja realizada audiência pública no intuito de discutir e ampliar, por meios de programas especiais, as políticas de inclusão e de assistência estudantil nas instituições públicas de educação superior, de modo a ampliar as taxas de acesso à educação superior de estudantes egressos da escola pública.	Aprovado	25/02/2013
CCTES	Requer que seja realizada audiência pública para tratar sobre a Jornada Mundial da Juventude.	Aprovado	25/02/2013
CE	Requer a realização de audiência pública para apresentar as ações da SEDUC para o ensino médio, bem como apresentar o relatório anual do desempenho da educação cearense divulgado pelo movimento Todos pela Educação.	Aprovado	08/03/2013
CE	Requer a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Ciências e Tecnologia e Educação Superior, para discutir os rumos da disciplina de sociologia nas escolas de Ensino Básico, assim como a formação do professor e o papel da universidade nesse processo.	Aprovado	13/03/2013
CCTES	Requer a realização de audiência pública para apresentar e discutir o projeto Educação Robótica, desenvolvido pelo ITIC – Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação.	Aprovado	13/03/2013

CCTES	Requer a realização de audiência pública para tratar das ações desenvolvidas pelo NAGI – Núcleo de Apoio a Gestão de Inovação, bem como discutir sobre o Programa Nacional de Sensibilização e Mobilização para Inovação – “Pró – INOV, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 0 MCTI”.	Aprovado	13/03/2013
CCTES	Requer a realização de audiência pública em conjunto com a Câmara Federal para trata do Programa de Promoção do Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Semiárido Cearense.	Aprovado	30/04/2013
CCTES	Requer a realização de audiência pública para tratar sobre a implantação de incubadoras de empresas pelo Instituto Federal de Ciências e Tecnologia – IFCE.	Aprovado	08/05/2013
CSSS	Requer a realização de audiência pública para discutir sobre a distribuição da fórmula “NEOCATE/PREGOMIN” aos pacientes, especificamente crianças, que possuem alergia a proteína do leite de vaca – APLV, no Estado do Ceará.	Aprovado	08/05/2013
CRHMP	Requer a realização de audiência pública em conjunto com a Câmara Municipal de Fortaleza para discutir a mudança no sistema de esgoto condominial para convencional.	Aprovado	13/05/2013
CCTES	Requer que seja realizada visita técnica ao Centro de Treinamento Técnico do Complexo Portuário do Pecém pela	Aprovado	28/05/2013

	Comissão supracitada.		
CCTES	Requer que seja realizada visita técnica ao Centro de Educação a Distância (CED), localizado no município de Sobral – CE pela Comissão supracitada.	Aprovado	28/05/2013
CCTES	Requer que seja realizada a Audiência Pública para tratar sobre a Semana Nacional de Ciências e Tecnologia.	Aprovado	01/07/2013
1800/13	Requer ao Ministro da Saúde de que receba as entidades de classe representativa dos médicos para que as reivindicações dos médicos e as necessidades da população sejam atendidas.	Aprovado	04/07/2013
CSSS	Requer a realização de audiência pública para tratar sobre a lei nº 12.842/2013, que dispõe sobre o exercício da medicina.	Aprovado	01/08/2013
CATSP	Requer a realização de audiência pública para tratar sobre os 30 anos da Central única dos Trabalhadores. (CUT).	Aprovado	01/08/2013
CJ	Requer que seja realizada audiência pública itinerante para tratar sobre o Estatuto da Juventude.	Aprovado	01/08/2013
CTASP	Requer que seja realizada audiência pública para tratar sobre o Projeto de Lei 4330 e a terceirização no serviço público.	Aprovado	01/08/2013

CJ	Requer a realização de audiência pública para tratar sobre a Exposição das Ações da Coordenadoria de Juventude, bem como sobre o Sistema Estadual de Juventude.	Aprovado	01/08/2013
CA	Requer a realização de audiência pública para tratar sobre os 15 anos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária -PRONERA.	Aprovado	06/08/2008
CDH	Requer a realização de audiência pública para tratar da situação do atendimento jurídico as mulheres em situação de violência nas comarcas da região do Cariri.	Aprovado	09/08/2013
CDRRHMP	Requer a realização de audiência pública para debater sobre o Desenvolvimento Econômico com Sustentabilidade do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP).	Aprovado	27/08/2013
CDHC	Requer a realização de audiência pública para tratar do passe livre às pessoas com deficiência comprovadamente carente, no sistema de transporte coletivo intermunicipal do Ceará.	Aprovado	03/09/2013
CTASP	Requer a realização de audiência pública para tratar das condições de trabalho dos trabalhadores dos correios e apoio a PLC 307 E 308/13	Aprovado	09/09/2013
CCTES	Requer a realização do I Seminário de Negócios Inovadores no Ceará.	Aprovado	11/09/2013

CCTES	Requer a realização de audiência pública para tratar da regulamentação da lei estadual de inovação e do efetivo funcionamento do Conselho Estadual de Ciências e Tecnologia	Aprovado	11/09/2013
CCTES	Requer a realização de audiência pública para tratar do Programa Copa das Oportunidades em Empreendedorismo e Inovação.	Aprovado	11/09/2013
CE	Requer a realização de audiência pública para tratar do Plano Estadual de implementação da Lei nº 10.639/2003 na rede de educação básica do Estado do Ceará.	Aprovado	17/09/2013
CECD	Requer a realização de audiência pública na Região do Inhamuns para tratar do Plano Estadual de implementação da Lei nº 10.639/2003 na rede de educação básica do Estado do Ceará.	Aprovado	17/09/2013
2568/13	Requer ao presidente do senado federal agilização nos procedimentos para finalização da votação do Plano Nacional de Educação (Pne).	Aprovado	19/09/2013
2613/13	Requer o envio de ofício ao Superintendente da Sohidra solicitando a perfuração de um poço profundo no Sítio Boa União, Sede do Município de Piquet Carneiro.	Aprovado	19/09/2013

CIA	Requer a realização de audiência pública para tratar da Rede de Atenção Psicossocial a Criança e Adolescente no Estado do Ceará.	Aprovado	20/09/2013
CCTES	Requer a realização de audiência pública para tratar do Desenvolvimento Tecnológico do Polo de TI da UFC do município de Quixadá e seu entorno (Sertão Central).	Aprovado	09/10/2013
CCTES	Requer a realização de audiência pública para tratar do Sistema de Tratamento Especial a Novas Empresas de Tecnologia – SistENETe seu regime tributário diferenciado o estado do Ceará.	Aprovado	09/10/2013
CCTES	Requer a realização de audiência pública para tratar de acessibilidade e tecnologias assistivas.	Aprovado	10/10/2013
CCTES	Requer a realização de audiência pública para tratar sobre o Cinturão Digital.	Aprovado	10/10/2013
2998/13	Requer envio de ofício ao Superintendente do Departamento de Edificações e Rodovias do Estado do Ceará Der. Sr. Sérgio Azevedo, Solicitando a instalação de tachões (tartarugas) em frente à Escola Maria Maia de Freitas no município de Quixadá.	Aprovado	17/10/2013
CCTES	Requer a realização de audiência pública para tratar sobre o Programa de Formação de Professores das Universidades Públicas do Estado do Ceará Permanente de professores das	Aprovado	17/10/2013

	universidades, como instrumento de melhorias dos cursos de graduação, controle da evasão e retenção de alunos no Ensino Superior.		
3002/13	Requer envio de ofício ao Superintendente da Sohidra Dr. Leão Montezuma, solicitando a perfuração de um poço profundo na Associação dos Produtores Rurais, no Município de Piquet Carneiro.	Aprovado	17/10/2013
CE	Requer a realização de audiência pública para tratar do PL 3776/2008 – altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que regulamenta a alínea “e” do inciso III caput do art.60 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.	Aprovado	18/10/2013
CE	Requer a realização de audiência pública para tratar sobre Acessibilidade e Educação Inclusiva e o lançamento do livro “Assimétricos, textos militantes de uma pessoa com deficiência”.	Aprovado	21/10/2013
CE	Requer a realização de audiência pública para tratar dos Royalties do petróleo para valorização dos profissionais da Educação.	Aprovado	22/10/2013

3051/13	Requer envio de ofício ao Detran, na pessoa do Superintendente Igor Vasconcelos Ponte e na pessoa do senhor João Bezerra Rodrigues Neto - Diretor de Habilitação, solicitando a carreta itinerante do Detran para retirada da CNH Popular no município de Quixadá e Choró.	Aprovado	24/10/2013
3139/13	Requer envio de ofício à Sohidra, na pessoa do Superintendente Sr. Leão Humberto Montezuma Santiago Filho solicitando os estudos necessários para perfuração de poço profundo nas localidades de Serra Preta, Beira Rio, São Francisco, Monumento Nossa Senhora de Fatima, Correntes e Coió, todos no município de Baturité-Ce	Aprovado	07/11/2013
CTASP	Requer a realização de audiência pública para tratar sobre o exercício e as condições de trabalho do profissional de psicologia nas políticas públicas no âmbito do Estado do Ceará.	Aprovado	14/11/2013
CTASP	Requer a realização de audiência pública para tratar sobre a Campanha Salarial Unificada dos Trabalhadores (as)	Aprovado	20/11/2013
CCTES	Requer a realização de audiência pública em conjunto com a Câmara Federal para debater o marco civil da internet.	Aprovado	21/11/2013
CCTES	Requer a realização de audiência pública para tratar sobre o fenômeno da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP às universidades estaduais do Ceará com projetos e programas	Aprovado	21/11/2013

	de incentivo e fomento às atividades e pesquisa, extensão, capacitação de recursos humanos e qualificação da infraestrutura dessas instituições.		
CCTES	Requer a realização de audiência pública para tratar da pauta de reivindicações dos servidores, estudantes e professores da Universidade Estadual do Ceará (UECE), da Universidade Vale do Acaraú (UVA) e da Universidade Regional do Cariri (URCA) bem como da autonomia universitária destes entes público cujos serviços se encontram paralisados.	Aprovado	28/11/2013
CJ	Requer a realização de audiência pública para tratar do Sistema de Juventude do Ceará.	Aprovado	02/12/2013
3448/13	Requer envio de ofício ao Exmo. Senhor Governador do Estado do Ceará - Cid Ferreira Gomes e ao Secretário de Saúde do Estado do Ceará - Ciro Ferreira Gomes, solicitando a implantação de um hospital escola, no município de Juazeiro do Norte.	Aprovado	05/12/2013
CCJR	Requer a realização de audiência pública para tratar de mudanças na Lei Complementar nº 6/1977 – Lei Orgânica Estadual da Defensoria Pública.	Aprovado	05/12/2013
CCTES	Requer a realização de audiência pública para tratar sobre Ciências e Tecnologia na periferia de Fortaleza para inclusão	Aprovado	17/12/2013

	social		
CDRRHMP	Requer a realização de audiência pública para tratar da situação e regulamentação fundiária dos moradores do Conjunto Cidade de Deus no bairro Aerolândia.	Aprovado	05/02/2014
CDRRHMP	Requer a realização de audiência pública para tratar da revitalização da cultura do algodoeiro no estado do Ceará, com alternativa viável à produção de biocombustível.	Aprovado	12/02/2014
CDHC	Requer a realização de audiência pública para tratar da implementação de assistência psicológica e psicopedagógica nas escolas de educação infantil, de ensino fundamental, médio das redes públicas e privadas do Estado do Ceará.	Aprovado	19/02/2014
CDHC	Requer a realização de audiência pública para tratar do Plano Nacional da Pessoa com Deficiência.	Aprovado	19/02/2014
CTASP	Requer a realização de audiência pública para tratar da implantação dos serviços de correios nos conjuntos habitacionais do Programa minha Casa Minha Vida.	Aprovado	19/02/2014
CSSS	Requer a realização de audiência pública para avaliar o Programa Mais Médicos no estado do Ceará.	Aprovado	19/02/2014

278/14	Requer envio de ofício ao Tribunal de Justiça do Ceará, solicitando abertura de vagas para psicólogos e assistentes sociais nos quadros do referido Tribunal e ampliação da Central de Apoio à Jurisdição para o interior do Estado através dos Núcleos Regionais, no mesmo molde existente na Capital.	Aprovado	27/02/2014
279/14	Requer envio de ofício a Associação dos Municípios do Estado do Ceará – Aprece, solicitando que seja feito acompanhamento das condições de trabalho dos psicólogos nos municípios, com adequação necessária nos vencimentos e aspectos imprescindíveis ao bom e efetivo exercício destes profissionais.	Aprovado	27/02/2014
CCJR	Requer a realização de audiência pública para discutir o Plebiscito Popular e a Reforma Política.	Aprovado	13/03/2014
CDHC	Requer a realização de audiência pública para tratar da participação de pessoas autistas nas políticas públicas de atenção às pessoas com deficiência.	Aprovado	13/03/2014
CCTES	Requer a realização de audiência pública para discutir a criação de cargo de nível técnico na administração pública estadual e municipal.	Aprovado	20/03/2014
CCTES	Requer a realização de audiência pública para discutir a implantação da delegacia da mulher no município de Canindé.	Aprovado	20/03/2014

CCTES	Requer a realização do evento Info Brasil & Telecom na área de Ciências e Tecnologia.	Aprovado	24/03/2014
CECD	Requer a realização de ciclo de debate com a temática: Pacto Federativo, Regime de Colaboração e Financiamento da Educação Nacional: limites e possibilidades para a valorização dos profissionais da educação em parceria com o Sindicato Apeoc.	Aprovado	10/04/2014
CECD	Requer a realização de audiência pública para tratar da Semana Nacional em Defesa da Educação Pública, em parceria com o Sindicato Apeoc.	Aprovado	14/04/2014
CTASP	Requer a realização de audiência pública alusiva ao dia 1º de maio, Dia do Trabalhador, em parceria com a Câmara Municipal de Fortaleza.	Aprovado	15/04/2014
CA	Requer a realização de audiência pública para tratar da luta pela reforma agrária no contexto das comemorações de 15 anos de atuação do Movimento Sem Terra no Ceará. Na ocasião será lançado livro "Quando os Assentados Chegaram" de Marcos Paulo Campos.	Aprovado	23/04/2014
CCTES	Requer a realização de audiência pública em conjunto com a Câmara Federal para tratar sobre o Programa de Promoção do Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Seminário	Aprovado	23/04/2014

	Cearense.		
CDS	Requer realização de Audiência Pública para debater a situação da polícia Civil no contexto da segurança pública do Estado do Ceará.	Aprovado	09/05/2014
854/14	Requer Que Seja Oficiado O Senhor Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, Servilho Silva de Paiva, para que seja providenciado a implantação de uma cadeia pública no município de Canindé.	Aprovado	15/05/2014
855/14	Requer o envio de ofício para a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, solicitando o melhoramento nas condições de estruturais na Delegacia Regional de Policia Civil do Município de Canindé.	Aprovado	15/05/2014
CCTES	Requer a realização de audiência pública para tratar sobre a Legislação Tributária da Lagosta.	Aprovado	03/06/2014
1048/14	Requer o envio de ofício à Secretaria das Cidades, solicitando a planta de situação do Conjunto Leonel Brizola, com as ruas de indicação de acesso ao Conjunto e a implantação de caixas receptoras de correspondências em cada bloco.	Aprovado	05/06/2014
CDRRHMP	Requer a realização de audiência pública para tratar da	Aprovado	05/06/2014

	revitalização dos Perímetros Irrigados de Morada Nova.		
CA	Requer a realização de audiência pública para tratar sobre problemas enfrentado pelos assentamentos no município de Quixadá	Aprovado	11/06/2014
CCTES	Requer a realização de audiência pública para tratar da criação do Polo de TI e Educação a Distância no município de Sobral	Aprovado	11/06/2014
CMADS	Requer audiência pública para tratar da contaminação das águas do Rio Banabuiú.	Aprovado	24/06/2014
CIA	Requer a realização de audiência pública para tratar dos 24 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente em Quixadá	Aprovado	02/07/2014
1719/14	Requer envio de ofício à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social - SSPDS, solicitando a Implantação de uma delegacia de Polícia para o distrito de Queimadas no Município de Horizonte- Ce	Aprovado	13/11/2014
120/15	Requer envio de ofício ao Departamento Estadual de Rodovias (DER), solicitando o recapeamento do asfalto da Rodovia Padre Cícero no trecho que liga Banabuiú A Quixadá.	Aprovado	16/04/2015
CVTDU	Requer a realização de Audiência Pública para tratar da problemática que envolve a municipalização do trânsito, para	Aprovado	27/05/2015

	unir as mais diversas formas de experiências necessárias ao enfrentamento da violência no trânsito bem como sua municipalização.		
179/15	Requer envio de ofício a Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará, solicitando garantir reforço da capacidade de recarga do açude Pedra Branca, de modo a assegurar a segurança hídrica para Quixadá e Banabuiú.	Aprovado	27/05/2015
180/15	Requer envio e ofício à Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará, Solicitando a agilidade na implantação de poços profundos nas sedes dos distritos de Cipó dos Anjos, Custódio e São Bernardo, bem como imediata instalação dos poços já anteriormente perfurados nos assentamentos de Califórnia, Guanabara e Caçadas em Quixadá.	Aprovado	27/06/2015
CECD	Requer a realização de Audiência Pública visando tratar sobre a reforma estrutural da Casa do Estudante do Ceará (CEC) e a regularização do repasse referente à carteira de estudante garantido a manutenção da CEC	Aprovado	28/05/2015
189/15	Requer o envio de ofício à Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará e a Coger, solicitando agilidade em encaminhar profissional geólogo para avaliação hidrogeológica para marcação de poços profundos, nas comunidades de Rinaré sede, Valência I e II, Itaperi, Lagoa de Cima, Sítio dos Lopes,	Aprovado	08/06/2015

	Poço dos Cavalos, Tanquinhos, Zidel, Moria, Caiçarinha distrito do município de Banabuiú.		
360/15	Requer que seja designado o segundo expediente do dia 27 de outubro para homenagear colaboradores e parceiros do movimento Outubro Rosa.	Aprovado	15/10/2015
CVTDU	Requer a realização de audiência pública para tratar da implantação do bilhete único no transporte complementar no Estado do Ceará.	Aprovado	15/10/2015
953/15	Requer o envio de ofício a Câmara Federal, solicitando agilidade na aprovação do Projeto de Lei 664/20015 que trata da regulamentação da profissão de corretor de moda.	Aprovado	09/04/2015
1723/15	Requer o envio de pedido de informações ao tribunal de contas dos municípios do Estado do Ceará		
2011/15	Requer que seja expedido ofício ao Ministro da Saúde Arthur Chioro, em face das declarações dirigidas a classe médica cearense, na pessoa da presidente do Sindicato dos Médicos do Ceará. (SIMEC), solicitando o seu desagravo.	Aprovado	28/05/2015
2050/15	Requer o envio de pedido e informações ao gabinete do Governador acerca da existência de repasse de recursos públicos para o consórcio Luarenas, responsável pela	Aprovado	27/05/2015

	administração da Arena Castelão.		
2158/15	Requer envio de ofício ao Departamento Estadual de Rodovia – Der, solicitando o asfaltamento das estradas vicinais que ligam a sede de Quixadá as sedes dos distritos de Cipó dos Anjos, São João dos Queiroz, Riacho Verde, Tapuiará, São Bernardo, Califórnia e Custódio.	Aprovado	02/06/2015
2220/15	Requer o envio de ofício ao superintendente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO em Fortaleza através do Sr. Usiel Paulo Vieira para informações sobre: os motivos alegados pelo consórcio para rescisão do Contrato nº 0027-EG/2012/0010, quais foram seus termos e quais procedências tomadas com relação aos prejuízos causados pela quebra contratual e qual o novo ganhador do processo licitatório RDC Nº 002/DFLC/SBFZ/2015, bem como seus moldes e cronograma a ser executado.	Aprovado	11/06/2015
2481/15	Requer envio de ofício ao Departamento Estadual de Rodovia – Der, solicitando o asfaltamento das estradas vicinais que ligam a sede de Quixadá as Sedes dos distritos de Cipó dos Anjos, São João dos Queiroz, Riacho Verde, Tapuiará, São Bernardo, Califórnia e Custódio.	Aprovado	18/06/2015

2531/15	Requer envio de ofício à Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará e a Coger, solicitando agilidade em encaminhar profissional geólogo para avaliação hidrogeológica para marcação de poços profundos, nas Comunidades do Alto da Boa Vista e Gamelas, no Distrito de Custódio. Alivio, Zé Gonçalves, Lagoa da Mata, Lagoinha, Lagoa do Serrote, em Cipó dos Anjos. Cipó de Baixo, em São João dos Queiroz. Em Exu, localidade de Tapuiará, na Sede de Juá, na Sede de Califórnia, na Comunidade de Paraguaçu, Sede de Juatama, na Sede de Dom Maurício, no Assentamento Olivença, no Triângulo da Varjota, em Quixadá-Ce.	Aprovado	23/06/2015
2537/15	Requer o envio ao Departamento Estadual de Rodovia (DER) solicitando o recapeamento do asfalto da estrada que liga Quixadá ao distrito de Dom Maurício.	Aprovado	02/07/2015
2552/15	Requer envio de ofício ao Governador do Estado do Ceará e ao Corpo de Bombeiros solicitando a implantação de uma base do Corpo de Bombeiros em Quixadá.	Aprovado	02/07/2015
2561/15	Requer envio de ofício ao Governador do Estado solicitando a instalação de um escritório regional da Secult no Memorial Cego Aderaldo em Quixadá-Ce.	Aprovado	25/06/2015
2695/15	Requer envio de ofício ao Departamento Estadual De Rodovia – Der, solicitando o recapeamento do asfalto da Rodovia Padre	Aprovado	07/07/2015

	Cicero, trecho que liga Banabuiú a Quixadá		
2696/15	Requer envio de ofício à Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará, solicitando garantir reforço da capacidade de recarga do Açude Pedra Branca, de modo a assegurar a segurança hídrica para Quixadá e Banabuiú.	Aprovado	07/07/2015
2698/15	Requer envio de ofício à Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará, solicitando a agilidade na implantação de poços profundos nos distritos de Cipo dos Anjos, Custódio e São Bernardo, bem como a imediata instalação dos poços já anteriormente perfurados nos Assentamentos de Califórnia, Guanabara e Caçados em Quixadá-Ce.	Aprovado	07/07/2015
2700/15	Requer envio de ofício a Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará e a Cogher, solicitando agilidade em encaminhar profissional geólogo para avaliação hidrogeológica para marcação de poços profundos, nas comunidades de Rinaré Sede, Valência I E II, Itaperi, Lagoa de Cima, Sitio dos Lopes, Poço dos Cavalos, Tanquinhos, Zidel, Moria, Caicarinha Distritos do Município de Banabuiú.	Aprovado	07/07/2015
2702/15	Requer envio de ofício ao Senado Federal, solicitando que seja rejeitado o Projeto da Terceirização, PI 4330 de 2004.	Aprovado	07/07/2015

2704/15	Requer envio de ofício a Câmara Federal, declarando apoio a Deputada Federal Jandira Feghali, por agressão sofrida e repúdio aos deputados que cometeram a agressão.	Aprovado	07/07/2015
2731/15	Requer o envio de nota de repúdio as agressões sexistas através de circulação de imagens contra as mulheres brasileira e contra a presidenta Dilma Rousseff. Tanto em mídia eletrônica quando nos adesivos em veículos nas cidades brasileiras.	Aprovado	03/07/2015
2959/15	Requer envio de ofício ao Ministério da Educação, solicitando a implantação do curso de Medicina em Quixadá-Ceará.	Aprovado	03/08/2015
3033/15	Requer envio de ofício ao Centro Universitário Estácio, solicitando estimular o uso cultural do imóvel para toda população.	Aprovado	05/08/2015
3101/15	Requer a instalação de poço profundo na Fazenda Panamá, no distrito de São Bernardo no Município de Quixadá-Ce.	Aprovado	12/08/2015
5096/15	Requer envio de ofício a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) Unidade de Negócios da Bacia do Banabuiú, em Quixadá-Ce.	Aprovado	21/11/2015
5452/15	Requer envio de ofício ao Departamento Estadual de Rodovia – Der, solicitando a estadualização da estrada que liga Quixadá	Aprovado	10/12/2015

	ao distrito de Cipó dos Anjos.		
5453/15	Requer envio de ofício ao Departamento Estadual de Rodovia – Der, solicitando a Estadualização da estrada que liga Quixadá ao distrito de Custódio.	Aprovado	10/12/2015
5454/15	Requer envio de ofício a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos/ECT. Solicitando a permanência e reforma da agência no município de Choró-Ce.	Aprovado	10/12/2015
06/16	Requer realização de sessão solene em comemoração ao dia Internacional da Mulher.	Aprovado	28/01/2016
41/16	Requer realização de sessão solene em comemoração aos 18 anos da Organização não Governamental Fábrica de Imagens no dia 30 de março de 2016.	Aprovado	15/02/2016
279/16	Requer a realização de Sessão Solene, no dia 11 de outubro de 2016 para tratar da Semana da Criança e para a entrega do Prêmio Peteca 2016.	Aprovado	06/09/2016
602/16	Requer envio de ofício ao Governador do Estado do Ceará e a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social solicitando a implantação de Base da Coordenadoria Integrada de Operações Aéreas - Ciopaer e Batalhão do Raio em Quixadá-	Aprovado	10/03/2016

	Ceará.		
CDHC	Requer a realização de Audiência Pública para tratar acerca do tema “Mais direitos, participação e poder para as mulheres “.	Aprovado	19/05/2016
1518/16	Requer envio de ofício para a Câmara dos deputados solicitando a alteração do Art. 1º da Medida Provisória Nº 726, de 12 de maio de 2016, suprimindo seu Inciso Iv, implicando assim no imediato retorno da denominação “Controladoria Geral da União” e de sua vinculação à estrutura da Presidência da República.	Aprovado	19/05/2016
CIA	Requer a realização de audiência pública para tratar do Programa de Proteção à Criança e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM).	Aprovado	24/05/2011
CDHC	Requer a realização de audiência pública para tratar da problemática que envolve a violência contra o idoso.	Aprovado	23/06/2016
1961/16	Requer envio de ofício à secretaria de Recursos Hídricos do Ceará, solicitando a agilidade na implantação de poços profundos na comunidade de Riacho do Meio, Distrito de Juatama localizada no Sertão Central de Quixadá/Ce.	Aprovado	24/06/2016
2021/16	Requer envio de ofício à Secretaria do Meio Ambiente - Sema, na Pessoa Do Gestor Sr. Artur Bruno, Bem Como à	Aprovado	24/06/2016

	Superintendência Estadual do Meio Ambiente - Semace, na pessoa do Superintendente Sr. José Ricardo Araújo Lima, solicitando providências com relação ao lixo do município de Quixadá, na forma que indica.		
2925/16	Solicita isenção tributária estadual para a Usina de Biodiesel da Petrobras, localizado no município de Quixadá.	Aprovado	20/10/2016
2926/16	Solicita a reavaliação do Plano Estratégico do Programa de Negócios e Gestão (Pe-Png 2017-2021) visando a manutenção da Usina de Biodiesel da Petrobras, localizada no município de Quixadá.	Aprovado	20/10/2016
2929/16	Solicita que seja postergada a data anunciada para o encerramento das atividades produtivas da Usina de Biodiesel da Petrobras, localizada no município de Quixadá.	Aprovado	20/10/2016
3447/16	Requer que seja regulamentada a Lei Estadual Nº 16.050, de 28 de junho de 2016, que institui a gratuidade, no transporte público coletivo estadual, às pessoas com deficiência e às pessoas com hemofilia comprovadamente carentes, alterando dispositivos da Lei Nº 12.568, de 03 e abril de 1996.	Aprovado	22/11/2016